

# Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Justiça Federal tem interpretações diferentes sobre regra tributária ..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

GLO pode ser estendida e chegar ao Nordeste ..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresas vão à Justiça contra regra do governo que pode gerar R\$ 24 bi ..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Urgência de projeto que pune devedor contumaz é retirada ..... 6

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentados denunciam desconto em benefícios para entidades que desconhecem ..... 7

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
SEGURIDADE SOCIAL

O ministro que não calculava (Editorial) ..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Com recorde histórico, contas do governo têm rombo de R\$ 58,4 bi ..... 10

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Pacheco mantém foco na federalização das estatais ..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Secretário de Governo anuncia novas obras em reunião na Fecomércio - CAPITAL S/A ..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy vê convergência com Estados e municípios na reforma ..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Frentes têm projeto para regulamentar desoneração da cesta básica ..... 18

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresários vivem incertezas com rumo da reforma tributária ..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

BC mais cauteloso, mas não pode errar na dose (Editorial) ..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Prefeitos de capitais miram eleição, gastam reserva e dobram investimentos ..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Saldo da PEC da imunidade a igrejas pode sair caro - FERNANDO EXMAN ..... 25

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

IPCA-15 acima da expectativa confirma alertas do Copom (Editorial)..... 27

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

STJ passa a adotar novos critérios para impor limites em julgamentos tributários..... 29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Copom indica freio na queda dos juros ..... 31

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Inflação requer "maior flexibilidade", diz Copom..... 33

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Fazenda propõe aliviar dívida de Estado que investir em ensino técnico..... 35

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Prévia da inflação de março sobe 0,36%..... 37

O GLOBO - RJ - G20 NO BRASIL  
ECONOMIA

G20 forma mosaico heterogêneo ..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Haddad prevê nova projeção para PIB em breve ..... 39

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Sob efeito de precatórios, fevereiro tem déficit recorde ..... 40

VALOR ECONÔMICO - SP - G20 NO BRASIL  
ECONOMIA

Brasil tem metas ambiciosas, mas geopolítica pode limitar consenso ..... 41

VALOR ECONÔMICO - SP - G20 NO BRASIL  
ECONOMIA

Setor privado elabora sugestões com foco em crescimento sustentável..... 45

# Justiça Federal tem interpretações diferentes sobre regra tributária

**BIANCA LIMA**

A restrição às compensações tributárias de empresas imposta pelo governo por meio de uma medida provisória (MP) do fim do ano passado tem dividido o Judiciário, que já expediu ao menos cinco decisões sobre o tema.

Uma delas diz respeito à Seara, subsidiária de aves e suínos da JBS. No fim de fevereiro, a empresa conseguiu uma liminar (decisão provisória) afastando os efeitos da MP do governo. Na decisão, a juíza Tatiana Pattaro Pereira, da 14.<sup>a</sup> Vara Cível Federal de São Paulo, alegou que a nova regra contraria o princípio da reserva legal, que exige que determinadas matérias sejam submetidas ao Poder Legislativo.

Segundo a magistrada, a MP "outorga ao ministro da Fazenda o poder de fixar o limite mensal para a compensação dos créditos, enquanto tal matéria somente poderia ser tratada por lei".

"PREJUÍZO". A varejista Pernambucanas também obteve decisão favorável sobre o assunto, com a concessão de liminar pelo juiz Marcelo Guerra Martins, da 13.<sup>a</sup> Vara Cível Federal de São Paulo. O magistrado considerou que a MP viola "tanto o direito adquirido do contribuinte quanto a própria coisa julgada", dois elementos previstos na Constituição.

Em síntese, ele determina que a compensação tributária deve ser executada pelo Fisco com base nas normas em vigor quando da distribuição da demanda, e que aceitar a nova sistemática imposta pelo governo seria "admitir a retroatividade da lei em prejuízo do contribuinte".

Na ação, a empresa alega que possui saldo remanescente de créditos no valor de R\$ 337 milhões.

A Nestlé, maior empresa de alimentos do mundo, também acionou a Justiça, mas foi atendida apenas parcialmente.

A juíza Marina Gimenez Butkeraitis, da 9.<sup>a</sup> Vara Cível Federal de São Paulo, determinou que a multinacional poderá compensar os créditos apenas nos casos em que as decisões tenham determinado o regime jurídico a ser aplicado no momento do encontro de contas. No processo, a Nestlé afirma que possui ao menos R\$

453,5 milhões em créditos pendentes de compensação com o Fisco.

A Lojas Colombo e a indústria de plásticos Valgroup, por sua vez, tiveram as solicitações rejeitadas pelo Poder Judiciário. No caso da Colombo, a juíza Denise Schwanck, da 2.<sup>a</sup> Vara Federal de Uruguaiana (RS), afirmou que o pleito da empresa "é eminentemente patrimonial e desprovido da urgência necessária" à concessão de liminar. Na ação, a companhia alegou ter R\$ 118 milhões de créditos a serem compensados.

Já no caso da Valgroup, o juiz Luis Gustavo Bregalda Neves, da 2.<sup>a</sup> Vara Cível Federal de São Paulo, destacou que a decisão do STF referente aos precatórios - que determinou que o governo não poderia protelar o pagamento dessas ações - não se aplicava ao processo em questão.

Queda

40% foi a redução do uso dos créditos de empresas que obtiveram vitória contra o governo na Justiça em fevereiro, segundo a **Receita Federal**, ante mesmo período de 2023

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# GLO pode ser estendida e chegar ao Nordeste

O governo federal analisa a prorrogação do decreto que convocou as Forças Armadas, em novembro, para operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em portos e aeroportos. Um dos cenários considerados é estender o prazo, previsto inicialmente para acabar em maio, por outros seis meses, e envolver terminais aeroportuários de estados da Região Nordeste.

A avaliação de auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é de que os resultados da GLO têm sido positivos e os prejuízos financeiros causados ao crime organizado justificam os custos das operações. Além disso, os militares têm manifestado um "espírito aberto à prorrogação".

A disposição dos militares em continuar com as operações se dá, em parte, pela "agenda positiva" trazida pelo trabalho específico contra crimes como o tráfico internacional de drogas especificamente nos portos de Santos (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Itaguai (RJ), e nos aeroportos internacionais do Galeão (RJ) e de Guarulhos (SP).

A GLO foi decretada em um contexto no qual as Forças Armadas experimentam reveses inéditos, com investigações criminais contra oficiais e exposição da ineficiência no controle de armas de fogo que oferece riscos à segurança pública.

De 6 de novembro a 26 de fevereiro, a operação apreendeu o equivalente a R\$ 73,1 milhões em ativos, como veículos, dinheiro, embarcações e equipamentos.

Com as mais de 99 mil toneladas de drogas confiscadas, o governo considera ter imposto um prejuízo de alguns bilhões ao crime organizado.

O mais recente "relatório geral de esforços e resultados", que consolida dados da atuação dos militares integrada com polícias e **Receita Federal**, também soma 1.783 presos e 226 armas confiscadas no período. Além da atuação em portos e aeroportos, a GLO convocou o Exército e a Aeronáutica, em articulação com a Polícia Federal (PF) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF), para o "fortalecimento imediato das ações de prevenção e repressão de delitos na faixa de fronteira".

Só o Exército espalhou 2 mil homens pelos mais de 2

mil quilômetros de fronteira para interceptar ilícitos nas entradas a oeste de estados como Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Os ministros diretamente relacionados à GLO - o da Casa Civil, Rui Costa; o da Defesa, José Múcio; e o da Justiça, Ricardo Lewandowski - não confirmam se a operação será prorrogada e estendida para portos do Nordeste. O Ministério da Defesa ressalta, porém, que a ação é um êxito e que a eventual prorrogação e ampliação caberá ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"O Ministério da Defesa avalia como positiva a GLO com base nos números apresentados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública", salienta a pasta.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública observou que "os balanços demonstram que o objetivo está sendo cumprido".

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2024/03/27/all.pdf>

# Empresas vão à Justiça contra regra do governo que pode gerar R\$ 24 bi

**BIANCA LIMA**

A mais recente medida arrecadatória lançada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que atinge 495 empresas do País, é alvo de uma série de ações na Justiça Federal. Os processos, segundo apurou o Estadão, dividem o Judiciário, ampliando a controvérsia sobre o tema e inflando o trilionário contencioso tributário.

Os questionamentos são feitos por grandes empresas, que se sentem lesadas pela limitação imposta pelo governo à compensação de créditos decorrentes de decisões judiciais definitivas - ou seja, para as quais não cabem mais recursos.

Ao menos cinco decisões já foram publicadas sobre o assunto: duas favoráveis às empresas (envolvendo Pernambuco e Seara), duas contrárias (movidas pela Lojas Colombo e pela Valgroup) e uma que atende parcialmente aos pleitos, caso da multinacional Nestlé.

No total, quatro dessas cinco empresas alegam possuir R\$ 941,1 milhões em créditos pendentes de compensação, a maior parte ligada à chamada "tese do século" - julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que excluiu o ICMS, principal imposto estadual, da base de cálculo do PIS e da Cofins, duas contribuições federais. A Seara não informou na ação o saldo pendente.

As empresas solicitam compensações tributárias judiciais quando vencem o governo federal em processos que tramitam na Justiça. Funciona como uma espécie de encontro de contas: as companhias ganham o direito de usar os **tributos** pagos indevidamente como "crédito" para abater de **impostos** que ainda têm a pagar ao Fisco.

No fim de 2023, porém, o governo mudou essa legislação por meio de uma medida provisória (MP), com o objetivo de elevar o potencial de arrecadação da União e dar maior previsibilidade a essas operações.

A MP determina que as conciliações de alto valor - acima de R\$ 10 milhões - passem a ser realizadas em um período mínimo de 12 a 60 meses, a depender do montante envolvido.

Com essa mudança, as empresas demorarão mais para usar os créditos, o que terá impacto no resultado fiscal do governo.

Neste ano, quando a equipe econômica se comprometeu com a meta de déficit zero, a **Receita Federal** calcula que haverá um incremento de R\$ 24 bilhões aos cofres públicos decorrente da nova regra. Como se trata de MP, o texto já está em vigor, mas terá de ser chancelado pelo Congresso Nacional em um período de 120 dias. Caso contrário, perderá a validade.

RESPOSTA. Procurada, a Seara afirmou que não vai se manifestar sobre o assunto. Pernambucanas, Lojas Colombo, Valgroup e Nestlé não se posicionaram.

Ministério da Fazenda, Receita e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) também não falaram.

Pendência

Quatro grandes empresas alegaram ao Judiciário que têm R\$ 941,1 milhões em créditos tributários

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Urgência de projeto que pune devedor contumaz é retirada

**Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Guilherme Pimenta**

O governo Lula (PT) retirou o regime de urgência do projeto de lei que cria programas de conformidade tributária e **aduaneira** na **Receita Federal**, o Confia e Sintonia, para construir com mais tempo um texto para punir o "devedor contumaz" - aquele que "sistematicamente não paga seus **impostos**" e "extrapola os limites da inadimplência".

Relator do projeto, o deputado Ricardo Ayres (Republicanos-TO) disse ao Valor que não houve consenso sobre uma redação que classificasse de forma objetiva as empresas e empresários que seriam punidos e, por isso, o projeto foi retirado do plenário para aperfeiçoamento. "Vamos construir com mais tranquilidade o texto", afirmou.

A proposta tramitava em regime de urgência e, por isso, dançava a pauta de plenário desde quinta-feira, impedindo que outros projetos de lei fossem votados. Sem a urgência, o texto será encaminhado para as comissões ou poderá ser debatido direto no plenário, com apresentação de um requerimento de urgência pelos deputados.

O governo não chegou a apresentar formalmente uma nova redação para este artigo, segundo Ayres. Na semana passada, após o relator ter excluído do projeto as questões relativas ao devedor contumaz, o Ministério da Fazenda tinha se comprometido a aprimorar a redação para garantir que apenas empresários que cometeram ilícitos seriam punidos, mas aqueles que atrasaram seus **impostos** por problemas financeiros não seriam afetados pela nova lei.

Em audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara nesta terça-feira, o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, reforçou este discurso e defendeu que o projeto será decisivo para impedir o funcionamento de 1,1 mil empresas existentes no Brasil para sonegar **impostos**. "Essas empresas devem R\$ 240 bilhões, nunca vamos receber esse dinheiro, mas precisamos tirá-las do mercado", disse. "Discussão do devedor contumaz não é com empresas abertas, é gente que nunca pagou imposto", repetiu.

A punição ao devedor contumaz é um dos pilares do

projeto do Ministério da Fazenda. De um lado, a proposta privilegia os bons pagadores de **impostos**, com uma relação mais harmoniosa com a **Receita Federal**. De outro, pune os que buscam artifícios para não pagarem seus **impostos**. O governo insiste que não faz sentido aprovar "só as bondades" sem o desestímulo aos sonegadores e devedores.

A iniciativa, inclusive, ganhou apoio de grandes empresas. A Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) divulgou nota a favor de regras para punir os sonegadores. "Devedores contumazes, como são conhecidos, distorcem a concorrência, inviabilizam empresas responsáveis e têm efeito negativo para o financiamento de serviços públicos", disse. A Frente Parlamentar pelo Empreendedorismo (FPE), que geralmente fica em lados opostos ao cio governo Lula no Congresso, também se posicionou pela aprovação. Por enquanto, contudo, isso ainda não foi suficiente para construir um consenso sobre o texto.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187825>

# Aposentados denunciam desconto em benefícios para entidades que desconhecem

LARISSA FIGUEIREDO\*

Aposentados e pensionistas dos **INSS** têm denunciado descontos realizados em pagamentos a associações que não autorizaram ou sequer reconhecem, em mensalidades debitadas diretamente no benefício recebido do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). No site Reclame Aqui, somente as denúncias relativas à Associação Caixa de Assistência aos Aposentados e Pensionistas (CAAP) ultrapassam 2,5 mil reclamações.

A aposentada Adriana Alves se surpreendeu quando viu em seu extrato uma cobrança de R\$ 79,09 referente à contribuição com a CAAPm que sequer conhecia. A aposentada ligou para a Central de Atendimento do **INSS** para esclarecer o débito, acreditando se tratar de um engano. "Conversei com a atendente e ela me informou que não poderia fazer nada, ela só iria me auxiliar a fazer uma solicitação de exclusão do CAAP, para que no próximo pagamento não fosse debitado esse valor. Também informou que seria necessário bloquear para que nenhuma outra associação venha a debitar", contou.

O presidente da Comissão de Direito Pre-videnciário da OAB-MG, Marcos Britto, explica que a conduta fere o artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor. "Toda cobrança precisa ser autorizada, se não, é uma fraude. O beneficiário precisa bloquear a opção de empréstimos pessoais e excluir mensalidade associativa. Assim, as cobranças não poderão ser feitas", afirmou.

"É necessário também ter atenção ao acesso ao "Meu **INSS**". Muitos golpistas entram no aplicativo e ressetam a senha do beneficiário, autorizando as cobranças. Para conter isso, basta ativar a autenticação em dois fatores", alertou o especialista. Britto ainda explicou que a única forma de receber o ressarcimento da cobrança é por meio de ação judicial. "Esses acordos existem, é a mesma situação dos bancos para empréstimos consignados. Mas imputar ao **INSS** a responsabilidade por uma dedução indevida feita pela associação, eu nunca vi, e não acredito que possa acontecer."

Em resposta a um ofício enviado pelo deputado federal Luciano Bivar, o **INSS** informou que, em 2023, a associação contava com 63 mil filiados e realizou

repasso de mais de R\$ 3 milhões no mês de fevereiro do mesmo ano.

oquedizoins

Procurado pela reportagem do Estado de Minas, o **INSS** informou que o desconto de mensalidade associativa em benefícios de aposentados ou pensionistas somente é realizado por entidades que celebraram um Acordo de Cooperação Técnica com o **INSS** e contrato com a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev), cabendo ao **INSS** apenas o repasse dos valores à instituição.

O órgão afirmou ainda que as entidades parceiras respondem administrativa, civil e penalmente por todo e qualquer ato praticado ou efeitos decorrentes das averbações encaminhadas à Dataprev e caberá à entidade restituir todos os valores descontados indevidamente dos beneficiários.

A devolução dos valores descontados indevidamente deve ocorrer no prazo máximo de 10 dias úteis da constatação da irregularidade e as entidades deverão manter sempre disponível seu Sistema de Atendimento ao Consumidor (0800), garantindo que as ligações sejam gratuitas. O número 0800 da entidade aparece no extrato de pagamento mensal do benefício, ao lado da rubrica de desconto de mensalidade. Por esse número, o beneficiário pode registrar a reclamação e solicitar o estorno das contribuições associativas realizadas de forma indevida.

Além disso, o **INSS** orienta o beneficiário a requerer o serviço "excluir mensalidade associativa" pelo aplicativo ou site Meu **INSS** ou pela Central 135, que funciona de segunda a sábado, das 7h às 22h. É possível ainda registrar uma reclamação na Ouvidoria do **INSS**, também na Central 135 ou pelo Meu **INSS**.

Segundo o Acordo de Cooperação Técnica, nos casos de descontos não autorizados, é instaurado processo de fiscalização, podendo causar a rescisão do termo ao término da apuração. A Caixa de Assistência aos Aposentados e Pensionistas foi procurada pela reportagem, mas não se manifestou.

\*Estagiária sob supervisão do subeditor Marcílio de Moraes

## PAGAMENTOS

Começaram a ser pagos na sexta-feira (22/3) os benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) para quem recebe até um salário mínimo (R\$ 1.412). Os valores serão depositados até 5 de abril, de acordo com o número final do cartão de benefício. Para aqueles que recebem há algum tempo, basta que estejam atentos à data habitual. Já aposentados, pensionistas e titulares que recebem mais de um salário mínimo do **INSS** começarão a receber em 1º de abril. Para ter acesso ao extrato do **INSS**, basta acessar o aplicativo ou o site Meu **INSS**. Depois, é necessário fazer login com a conta Gov.br. Dessa forma, os beneficiados conseguem ter acesso às informações sobre o benefício, como valores, datas de pagamentos, além de remarcação ou agendamentos de perícias.

ESPECIALISTA ALERTA QUE COBRANCA DO **INSS**  
TEM QUE SER

autorizada.caso

CONTRÁRIO, PODE SER FRAUDE

**Site:** <https://digital.em.com.br/estadodeminas>



# O ministro que não calculava (Editorial)

O ministro Carlos Lupi disse não acreditar que as despesas da **Previdência Social** no Orçamento estejam subestimadas, como têm apontado alguns dos maiores especialistas em contas públicas do País. Para defender sua tese, Lupi não se deu ao trabalho de apresentar divergências sobre os números com os quais eles trabalham para projetar o gasto. Nem precisaria, pois o motivo de sua desconfiança é muito mais singelo.

"Na questão orçamentária, eu acho que grandes economistas trabalham com teorias que me incomodam muito.

Porque teoria sobre o ser humano é tão subjetiva. eu posso calcular exatamente quantos vão morrer? Eu posso calcular quantos ficarão doentes? Eu posso colocar uma média", afirmou o ministro, em estupecente entrevista ao Estadão.

Não é segredo para ninguém que Lupi não acredita na existência de um déficit na **Previdência Social** - algo que, inclusive, ele reafirmou na entrevista.

"Eu não aceito isso de dizer que a Previdência é déficit, eu vou morrer assim", disse.

Agora, no entanto, o ministro revelou que sua descrença é mais profunda e diz respeito ao conceito de cálculo atuarial. Chega a ser irônico que Lupi tenha afirmado isso no mesmo dia em que o governo divulgou a primeira avaliação bimestral de receitas e despesas do ano e elevou a estimativa de gastos com o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) de R\$ 908,7 bilhões para R\$ 914,2 bilhões.

Ora, é óbvio que não se pode prever, com exatidão, quantas pessoas morrerão ou ficarão doentes em um determinado período, mas isso não significa que não seja possível estimar os números com um certo grau de segurança, a partir de modelos e do histórico dessas despesas. Foi exatamente isso que o governo fez ao revisar as despesas da Previdência, e é com base nisso que tantos especialistas apontam que as despesas do **INSS** estejam subestimadas.

Essa desconfiança não vem apenas de gente "do mercado". Nota da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados afirma que, mesmo com a revisão, os números continuam subestimados em cerca de R\$ 20 bilhões, o suficiente para manter muito ceticismo sobre a possibilidade de o governo cumprir a meta de zerar o

déficit primário deste ano.

A teimosia de Lupi parece imune a dados, mas não pode ser tratada como anedota.

A **Previdência Social** é a principal despesa da União e, conseqüentemente, a maior fonte de déficit público. O envelhecimento da população é uma realidade e deve exigir novas reformas que impeçam o sistema de se tornar inviável.

Segundo o relatório O Brasil do Futuro, do Banco Mundial, a reforma da Previdência aprovada em 2019 foi suficiente para estabilizar o déficit do sistema até o fim da década de 2030, mas as mudanças demográficas exigiriam novos ajustes após esse período. Parte dessa economia, no entanto, pode ter sido revertida antes mesmo desse prazo - e de maneira silenciosa, como observou o economista Fabio Giambiagi em artigo publicado no Estadão.

O motivo, segundo ele, foi a aprovação da política de aumentos reais do salário mínimo, piso ao qual os benefícios do **INSS** são vinculados. "Em outras palavras, em plena luz do dia e sem ninguém ter dado um pio, o Brasil desfez, de uma penada, metade do que custou duas décadas e meia para aprovar", afirmou Giambiagi.

Apontar problemas como esse não é o mesmo que tratar a Previdência como estorvo, como sugere Lupi, mas defender a sustentabilidade do **INSS** e de seus segurados no médio e longo prazos.

Era isso que deveria estar no topo das preocupações de Lupi enquanto ministro da pasta.

Assim como o presidente Lula da Silva, Lupi é daqueles que têm dificuldades para tratar as coisas pelo nome. Alguns gastos, para eles, são mais que mero desembolso de recursos e devem ser classificados como investimentos, ainda que não gerem retorno.

Daí se entende por que o espaço das despesas discricionárias no Orçamento, rubrica na qual se inserem os investimentos públicos, é cada vez mais reduzido e consumido por despesas obrigatórias.

No fundo, essa confusão de conceitos revela muito sobre a natureza do governo.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Com recorde histórico, contas do governo têm rombo de R\$ 58,4 bi

**FERNANDA TRISOTTO GIORDANNA NEVES**

As contas do Governo Central - conceito que inclui o Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central - ficaram no vermelho em fevereiro. No mês passado, a diferença entre as receitas e as despesas (sem contar os juros da dívida) registrou déficit de R\$ 58,4 bilhões. O resultado sucedeu o superávit de R\$ 79,3 bilhões de janeiro.

O desempenho foi o pior em termos reais (descontada a **inflação**) para o mês na série histórica do Tesouro, iniciada em 1997. Em fevereiro de 2023, o resultado havia sido negativo em R\$ 41 bilhões, em valores nominais. No acumulado do ano até fevereiro, o governo registrou superávit de R\$ 20,9 bilhões, o pior resultado desde 2020. Em igual período do ano passado, esse mesmo resultado era positivo em R\$ 38,2 bilhões, em termos nominais.

**RECEITAS E DESPESAS.** Em fevereiro, as receitas tiveram alta real de 18% em relação ao mesmo mês do ano passado.

No acumulado dos dois primeiros meses do ano, houve alta de 9%. As despesas subiram 27,4% em fevereiro, já descontada a **inflação**. No acumulado do primeiro bimestre, a **variação** foi positiva em 17,1%.

Em 12 meses até fevereiro, o governo apresenta um déficit de R\$ 252,9 bilhões - equivalente a 2,26% do **PIB**. Desde janeiro de 2024, o Tesouro passou a **informar** a relação entre o volume de despesas sobre o **PIB**, uma vez que o arcabouço fiscal busca a estabilização dos gastos públicos.

No acumulado dos últimos 12 meses até fevereiro, as despesas obrigatórias somaram 18,2% em relação ao **PIB**, enquanto as discricionárias (não obrigatórias, como investimentos e custeio) alcançaram 1,7% em relação ao **PIB** no mesmo período.

Para 2024, o governo persegue a meta de zerar o déficit das contas públicas, com uma margem de tolerância de 0,25 ponto porcentual para mais ou para menos, segundo o arcabouço - o que permitiria déficit de até R\$ 28,8 bilhões.

No primeiro Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas do ano, publicado na última

sexta-feira, o Ministério do Planejamento e Orçamento estimou um rombo de R\$ 9,3 bilhões nas contas deste ano, o equivalente a 0,1% do **PIB**. O mercado, porém, projeta um resultado pior, de até 0,5% do **PIB**.

**PRECATÓRIOS.** O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou que os rombos nas contas do governo e no **INSS** em fevereiro têm o efeito atípico da antecipação do pagamento de R\$ 30 bilhões de precatórios - dívidas judiciais da União.

As contas do Tesouro Nacional - incluindo o Banco Central - tiveram déficit de R\$ 34,635 bilhões em fevereiro. Já o resultado do **INSS** foi deficitário em R\$ 23,8 bilhões no mês passado.

O governo antecipou o pagamento de R\$ 30,1 bilhões em precatórios, que já estão disponíveis para a Justiça, informou o Ministério do Planejamento.

A medida foi autorizada por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no ano passado.

O Planejamento publicou portaria abrindo crédito suplementar de R\$ 10,7 bilhões para ajustar a alocação orçamentária e garantir o pagamento da parcela final dos precatórios deste ano.

O montante já estava previsto para ser pago em 2024, portanto, sua quitação antes do previsto não altera o quadro fiscal.

Para este ano, o restante de precatórios a serem pagos são de requisições de pequeno valor, que englobam sentenças de até 60 salários mínimos. Esses pagamentos são liberados ao longo do ano, à medida que chegam, pois a lei fixa um prazo de 60 dias para esses pagamentos.

No total, a lei orçamentária de 2024 prevê R\$ 66,4 bilhões para cumprimento de sentenças judiciais.

Em relação ao crescimento de receitas apontado no relatório do Tesouro, Ceron avaliou que o resultado indica o sucesso de medidas arrecadatórias aprovadas pelo Congresso no ano passado e melhoria da economia no geral.

Balanço

R\$ 20,9 bi é o superávit acumulado do Governo Central até fevereiro, o pior resultado desde 2020

18% foi o aumento das receitas do Governo Central em fevereiro

27,4% foi a alta das despesas no mesmo período, já descontada a inflação

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Pacheco mantem foco na federalização das estatais

**BERNARDO ESTILLAC**

O presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), reforçou a centralidade da federalização das empresas estatais e uso de indenizações judiciais como alternativas para o pagamento das dívidas dos estados com a União. Em entrevista coletiva no fim da tarde de ontem, o senador falou sobre a proposta apresentada pelo Ministério da Fazenda e classificou como uma ideia "paralela" a de atrelar a mudança no indexador de juros dos débitos ao investimento no ensino médio técnico.

Pela manhã, em reunião com governadores de estados endividados, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), apresentou a ideia da pasta. O plano consiste em reduzir as taxas de juros cobradas dos entes federativos e atrelar o percentual ao montante que cada administração estadual investir na criação de novas vagas para o ensino médio técnico (veja a página 3). Embora tenha sinalizado concordar com o repasse de ativos ao governo federal como uma medida para amortização das dívidas, o projeto original de Pacheco ficou escanteado nas pretensões anunciadas pelo ministério.

"A ideia que o Ministério da Fazenda faz em relação ao fortalecimento do ensino profissionalizante como condição para redução de juros é uma ideia bastante interessante. É uma ideia paralela ao que é o cerne do problema.

Nossa proposta se mantém. É isso que nós vamos tramitar no Congresso Nacional é a questão do pagamento da dívida; recebimento de ativos, inclusive capital acionário; recebimento de ações judiciais; e a redução do índice de correção da dívida. Essa é a expectativa do Governo de Minas Gerais, do povo de Minas Gerais e dos outros estados", afirmou o senador.

Além da redução dos juros associada ao investimento educacional, Haddad abordou a possibilidade de federalização de estatais também a partir do prisma de queda nas taxas cobradas dos estados. A proposta da Fazenda fala em recebimento de ativos para amortização da dívida. Caso os valores sejam suficientes para reduzir os débitos em 10%, os juros dos contratos caem 0,5% ao ano; caso o valor chegue a 20% do montante devido, a taxa cai 1% ao ano.

Na visão de Pacheco, esse formato é insuficiente para equacionar dívidas altas com a União, como é o caso da mineira, que hoje gira em torno de R\$ 160 bilhões. O senador destacou que trabalhará na próxima semana na elaboração de um projeto que possa tramitar no Congresso sob termos mais eficientes para a realidade dos entes federados.

Pacheco também criticou o prazo de 60 dias pedido pela Fazenda para elaboração de um projeto concreto. O caixa de Minas Gerais opera sob efeito de uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspende a obrigatoriedade do pagamento das parcelas da dívida. A medida foi obtida no fim de 2018 e vale-ria até o ano passado, mas foi prorrogada pela corte até 20 de abril diante das negociações movidas pelo estado junto ao governo federal. Segundo o senador, a apresentação de um projeto concreto ao Legislativo pode tornar viável uma nova prorrogação do prazo.

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT-SP), reforçou em entrevista que o governo federal ainda estuda uma nova etapa de discussões com os governadores antes de finalizar a proposta. "Certamente, nesse diálogo com os governadores, outros temas podem surgir e que podem implicar em compromissos adicionais ao que seria um novo programa de adesão dos governos estaduais ao processo de renegociação de pagamento de suas dívidas. Vamos continuar dialogando com os governadores sobre compromissos além do ensino profissionalizante e formas de cumprir com esse aumento do acesso dos jovens ao ensino profissionalizante".

Diante dos impasses do governo estadual na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) para aprovar a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), mecanismo oferecido pelo governo federal a estados endividados com a União, Pacheco entrou nas tratativas de negociação dos débitos mineiros no fim do ano passado. A ideia era negociar diretamente com o Executivo nacional como alternativa ao plano original do governador Romeu Zema (Novo), que previa uma série de medidas austeras de redução de investimento e arrocho salarial dos **servidores públicos**.

No plano de Pacheco, destacam-se pontos como a

federalização de ativos estaduais como a Cemig, a Copasa e a Codemig. Além disso, a proposta prevê o uso das indenizações relativas às tragédias de Mariana e Brumadinho no pagamento dos débitos e a criação de um modelo de renegociação para os estados nos moldes do Programa de Recuperação Fiscal (Refis).

**Site:** <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

# Secretário de Governo anuncia novas obras em reunião na Fecomércio - CAPITAL S/A

## CAPITAL S/A

Convidado pelo presidente do Sistema Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, o secretário de Governo do DF, José Humberto Pires, participou ontem da reunião de diretoria da Federação.

Ele informou que o investimento atual em infraestrutura chega a R\$ 2,497 bilhões. E anunciou a construção do pavimento rígido da EPNB, que irá de Samambaia até o Park Shopping.

"Vamos aumentar uma via e vamos transformar tudo em pavimento rígido, como foi feito na Estrutural, para acabar com as constantes reformas na pista."

## Sesc e Senac em Planaltina

Outra importante obra de mobilidade vai beneficiar os futuros frequentadores das novas unidades do Sesc-DF e do Senac-DF, que serão construídas em Planaltina. O secretário contou que será feita uma terceira faixa na descida para Sobradinho, a partir do Colorado, até Planaltina. "Vamos ampliar aquela via de um lado e do outro, até chegar à DF-128. Lá, faremos um viaduto, que irá para Brasilinha (Planaltina de Goiás), e vamos duplicar a via que leva até a cidade". Pires também divulgou a construção de mais uma faixa na via que liga Santa Maria a Valparaíso.

## União

"Acredito que o diálogo é a palavra-chave do sucesso.

E aqui, com o setor produtivo, queremos caminhar sempre juntos com o GDF e a sociedade, porque a união faz a força", destacou o presidente do Sistema Fecomércio-DF, José Aparecido.

## Investimentos da Neenergia

O secretário adiantou na reunião com os empresários que a Neenergia irá investir R\$ 1,4 bilhão nos próximos cinco anos, dos quais 60% serão até 2026. Os detalhes serão anunciados pela diretoria da empresa energética na próxima reunião do Lide, marcada para 18 de abril.

O investimento atual em infraestrutura chega a R\$ 2,497 bilhões.

## Loteria do DF espera arrecadar R\$ 700 milhões

A proposta do governo local, já aprovada pela Câmara Legislativa, de criar a Loteria do DF é uma forma de propiciar mais uma fonte de arrecadação para os cofres públicos. A estimativa é gerar um reforço de caixa anual de R\$ 700 milhões.

O próximo passo é atender uma exigência do Banco Central: criar uma subsidiária do BRB para administrar a loteria.

## Redução de passagens

O presidente da Câmara Legislativa, deputado Wellington Luiz (MDB), defende que parte da arrecadação da loteria seja investida para reduzir as tarifas de ônibus.

"Com esse dinheiro, podíamos reduzir o custo do transporte para a população", destacou no programa CB.Poder.

## Sem vício de origem

O distrital rebateu as críticas feitas à Câmara de legislar fora de sua competência.

"Não é verdade que somos uma fábrica de Adins. Apenas 4% das leis aprovadas foram consideradas inconstitucionais", afirmou.

## Nome de consenso

O distrital conseguiu um feito ao ser eleito para presidir a Casa por unanimidade na última eleição para a Mesa Diretora. O mandato acaba em dezembro. Apesar de evitar falar, ele caminha para uma reeleição.

## Barras de chocolate em alta

Por conta dos preços dos ovos de Páscoa, cresceram 9% nos últimos dias as vendas de barras de chocolate no Distrito Federal. Elas custam menos e podem servir para a produção de ovos caseiros. Enquanto as barras mais em conta são vendidas por R\$ 9,99 e as mais caras por R\$ 70, os ovos de chocolate mais valiosos custam R\$ 455 porque, nesse caso, há brinquedos

dentro. O presidente do Sindivarejista, Sebastião A Britta, conta que "o consumidor já foi logo no início da semana ao comércio para fugir dos atropelos da véspera da Páscoa".

#### Urgência na regulamentação da **Reforma Tributária**

Na avaliação do presidente da União Nacional de Entidades de Comércio e Serviço (Unecs) e da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), João Galassi, é imprescindível que a regulamentação da **Reforma Tributária** ocorra no cronograma inicial previsto pelo Ministério da Fazenda, entre os anos de 2024 e 2025, mesmo considerando os impactos das eleições municipais. Para Galassi, "a **Reforma Tributária** deve ser uma prioridade inegociável", bem como os seus desdobramentos, entre eles, a definição da lista de produtos que vão compor a Cesta Básica Nacional de Alimentos isenta.

**Site:**

**<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2024/03/27/all.pdf>**

# Appy vê convergência com Estados e municípios na reforma

*Jéssica Sant"Ana e Julia Lindner*

O governo tem conseguido uma convergência com Estados e municípios na grande maioria dos temas que precisarão ser regulamentados na **reforma tributária** sobre o consumo, afirmou ontem o secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. Ele disse que isso ajudará para que os textos cheguem mais maduros ao Congresso Nacional. A expectativa é de envio dos projetos de lei em meados de abril.

As declarações foram dadas durante o evento "Caminhos do Brasil", realização dos jornais Valor Econômico e "O Globo" e da rádio CBN, com patrocínio do Sistema Comércio através da CNC, do Sesc, do Senac e suas federações.

"Nós estamos conseguindo obter convergência em praticamente todos os temas que estão sendo discutidos. Muitas vezes você começa a discussão com posições divergentes e, nesse trabalho feito agora pela comissão de sistematização, nós estamos conseguindo, na grande maioria dos temas, obter convergência de posições entre União, Estados e municípios", disse Appy. "Isso legítima muito o projeto que vai ser enviado para o Congresso Nacional", completou.

O Ministério da Fazenda criou em janeiro 19 grupos técnicos com Estados e municípios para trabalhar na regulamentação da reforma. Appy coordena a comissão de sistematização, que dará versão final aos textos.

Desde semana passada, técnicos do governo e dos Estados e municípios estão num esforço concentrado para fechar os projetos. A expectativa é que no âmbito da Fazenda os textos fiquem prontos ainda nesta semana, mas depois será necessário passar pelas áreas jurídicas do governo e pelos ministérios diretamente envolvidos. Uma força-tarefa também será montada para concluir esse trâmite obrigatório.

Relator da **reforma tributária** na Câmara, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) afirmou que espera que o governo possa enviar as propostas de regulamentação "em tempo hábil" para que a aprovação possa ocorrer ainda neste ano. "Esse momento é para focar nessa regulamentação e, posteriormente, na própria

operacionalização da reforma. Isso leva tempo, tem que ser feito com as devidas cautelas, mas quero crer que da parte do Parlamento, dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), existe uma disposição de prioridade desse tema assim que chegar na casa", pontuou. "O desafio é do tempo em relação a este primeiro semestre, sabendo que no segundo semestre temos calendário mais apertado pelas questões eleitorais", acrescentou.

O deputado elogiou o diálogo conduzido pela Fazenda em busca de um entendimento em relação aos textos com os entes federativos. "Fico bastante tranquilo de ouvir essa notícia do secretário de que se caminha para convergência, sobretudo no que tange à federação", destacou Aguinaldo.

Appy avaliou que o prazo para envio dos projetos é desafiador, por isso não foi possível incluir o setor empresarial de maneira ampla no debate. Porém, o setor poderá se manifestar no Legislativo: "a palavra final será do Congresso, o setor privado terá espaço para discutir com o Congresso". O prazo legal de envio dos textos é de 180 dias, mas Lira pediu que fosse antecipado diante do ano eleitoral.

Appy confirmou que o governo deve enviar dois projetos de lei complementares. O primeiro tratará das regras gerais dos novos **tributos** (a contribuição e o imposto sobre bens e serviços, a CBS e o IBS) mais do Imposto Seletivo. Inicialmente, a ideia era enviar as regras do Seletivo em projeto à parte.

O segundo projeto deverá tratar sobre o comitê gestor do IBS, o futuro imposto sobre valor agregado (IVA) dos entes sub nacionais. Há a intenção, ainda, de incluir nesse texto uma parte do funcionamento administrativo do novo regime tributário.

Aguinaldo Ribeiro afirmou que a regulamentação da reforma deve ser fundamental para reafirmar conceitos aprovados na proposta de emenda à Constituição (PEC), como a não cumulatividade. "A legislação complementar tem que ir nessa direção para que não pare nenhum tipo de dúvida."

Um dos pontos que ele destacou que devem ser esclarecidos na regulamentação é a questão da definição do aproveitamento dos créditos tributários.



"Há uma insegurança sobre créditos tributários e isso também tem que ser colocado de maneira muito clara nessa regulamentação."

Já Appy comentou que é possível que alguns regimes específicos não usufruam de crédito, mas a regra geral do novo regime será dar crédito tributário às empresas.

Ana Paula Vescovi, diretora de macroeconomia do banco Santander, e Heleno Torres, advogado e professor titular de direito financeiro da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), demonstraram durante o evento uma preocupação com relação ao aumento de litígio, a depender de como for feita a regulamentação e a transição entre o regime atual e o novo.

"Expectativa é que façamos os melhores textos, mas há potencial de choques de interpretação", explicou Torres, citando o caso de que os Estados e municípios terão que aprovar, depois da lei complementar federal, uma série de regulamentações internas. "A chance de haver descasamento desses processos é enorme, consequentemente há possibilidade de surgir um contencioso judicial", contou.

"É um processo de transição muito complexo. Nós estamos rearrumando placas tectônicas, setorialmente e regionalmente, então há um caráter insegurança jurídica", disse. "Mas estou confiante que vamos colher frutos dessa reforma."

"Estou confiante que vamos colher frutos dessa reforma"

Ana Paula Vescovi

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187825>

# Frentes têm projeto para regulamentar desoneração da cesta básica

**Rafael Walendorff**

Uma aliança de 24 frentes parlamentares no Congresso Nacional antecipou-se ao governo e apresentou nessa terça-feira (26) um projeto de lei complementar (PLP) para regulamentar a desoneração da cesta básica na reforma tributária.

Assinada pelo deputado Pedro Lupion (PP-PR), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a proposta também autoriza o governo a zerar as alíquotas de impostos federais, como PIS e Cofins, sobre os alimentos da cesta imediatamente, sem aguardar a entrada em vigência, apenas em 2026, dos novos tributos criados pela reforma - a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

"É o caminho correto para o governo baixar os preços dos alimentos no país. Seria uma solução tranquila e pacífica com apoio do Congresso Nacional", disse Lupion nessa terça-feira.

A proposta não diz qual é o impacto fiscal dessa desoneração imediata nem apresenta a fonte de compensação para que a equipe econômica possa abrir mão dessa receita.

O texto do PLP 35/2024 institui a nova cesta básica nacional e prevê a desoneração de 20 grupos de alimentos. Compõem a lista as proteínas animais, leite e laticínios, margarina, ovos de aves e mel natural, produtos hortícolas, frutas e hortaliças, café, chá, mate, especiarias e infusões, trigo, farinhas de trigo, rosca e mandioca, milho, farinhas de milho, demais farinhas derivadas de cereais e féculas, raízes e tubérculos, pães, biscoito, bolos e misturas próprias, massas alimentícias, achocolatados, molhos preparados e condimentos, açúcares, sal, óleos e gorduras, arroz, feijão e pulses, sucos naturais sem adição de açúcar e conservantes, água mineral e castanhas e nozes.

Lupion disse que a nova cesta básica proposta no projeto considera a lista de itens publicada recentemente em decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e também leva em conta a diversidade regional. A inclusão de castanhas e nozes atendeu particularidades das regiões Norte e Nordeste, disse ele. Já o mate atende especificidades do Sul. A

presença das carnes também é novidade.

"Foram previstos produtos e cadeias produtivas que tratam diretamente da saúde alimentar e nutricional da população brasileira e produtos que entendemos como justos de estarem com alíquota zerada", disse Lupion. Segundo ele, os itens são os de maior consumo da população e representam 85% dos gastos com alimentação das famílias.

O presidente da bancada ruralista disse que espera apoio do governo para o projeto. A proposta que o governo prepara sobre o tema deverá ser apensada ele. "Vamos ter que sentar à mesa e discutir todos esses pontos. Não tenho dúvidas do apoio do governo em relação a isso. O objetivo é baratear a alimentação do povo brasileiro. O governo estará conosco nessa empreitada", apontou.

Encabeçado pela bancada ruralista, o grupo que elaborou o PLP quis sair na frente do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em uma disputa pelo protagonismo na regulamentação da desoneração da cesta básica. A coalizão também ataca um ponto que tem incomodado o Palácio do Planalto e respingado na popularidade do presidente Lula.

A avaliação do grupo é que os preços dos alimentos têm caído ao redor do mundo, mas que falta ação concreta interna para combater a inflação desses produtos no Brasil. A proposta de desonerar os itens da cesta básica imediatamente seria uma resposta rápida para controlar as cotações nos supermercados e aumentar o poder de compra da população, segundo defensores do projeto.

O projeto reduz a zero as alíquotas do CBS e IBS, independentemente do local e da forma em que for consumido, e diz que não será exigido o estorno dos créditos nas operações com os produtos abrangidos pela redução.

A cesta básica proposta é composta por alimentos destinados ao consumo humano e insumos industriais usados no processamento desses produtos. O texto ainda deixa claro que o imposto seletivo não incidirá sobre qualquer item listado e que as exportações permanecem imunes a qualquer tributação.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187825>

# Empresários vivem incertezas com rumo da reforma tributária

(Adriana Fernandes/FolhaPress)

Brasília - A poucas semanas do envio dos projetos de regulamentação da **reforma tributária**, empresas, mercado financeiro e tributaristas vivem momento de dúvidas em torno das propostas do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O Ministério da Fazenda criou 19 grupos de trabalho para fechar os projetos e acenou ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que trabalha para enviar os textos até o final da primeira quinzena de abril.

Até o momento, no entanto, nenhuma versão das minutas dos anteprojetos de lei complementar foi divulgada ou é de conhecimento da opinião pública. Com isso, há incertezas sobre o tamanho da carga tributária resultante.

As principais dúvidas das empresas, relatadas à reportagem da Folha de S.Paulo, são em relação ao potencial de créditos que poderão aproveitar no novo modelo, além da forma de aproveitamento pelas companhias. Esse ponto é considerado o coração da reforma com o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) federal e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de estados e municípios.

O sistema de crédito é essencial para definir o nível de carga tributária a que os setores estarão sujeitos, de acordo com os especialistas. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ainda não divulgou os novos parâmetros da alíquota.

Pelo modelo de tributação do IVA, cada empresa recolhe efetivamente apenas o imposto referente ao valor que adicionou ao produto ou serviço. Todo o tributo pago na aquisição de insumos ao vendedor, incluindo gastos com energia, telefonia, marketing e transporte, vira crédito.

Muitas consultorias têm assessorado as empresas para fazer as simulações da nova carga tributária com base na emenda à Constituição aprovada em dezembro de 2023, o que tem sido chamado pelas empresas de "calculadora" da reforma. O problema é que esses cálculos precisam das regras que serão estabelecidas pelas leis complementares.

Outra grande preocupação levantada pelos

especialistas está relacionada ao chamado "crédito financeiro", uma inovação trazida pela **reforma tributária** - mas que não foi tornada obrigatória na regra de compensação do crédito do tributo (chamado de creditamento) da CBS e do IBS.

Por esse sistema, o crédito só pode ser aproveitado pelo comprador se o Fisco receber de fato o valor do imposto.

A reforma deixou para uma lei complementar a tarefa de elucidar hipóteses em que o aproveitamento ficará condicionado à verificação do efetivo recolhimento do imposto. Pagamento dividido - Para facilitar esse trabalho, a regulamentação vai definir as regras para a implementação do chamado split payment (ou pagamento dividido, em tradução livre). Trata-se de uma tecnologia a ser usada na liquidação financeira das operações entre fornecedor e comprador.

Com isso, o imposto pode ser pago já no momento da compra.

O banco separa, já na hora do pagamento, o imposto para os cofres públicos e o valor destinado para quem forneceu o bem ou serviço. O modelo, porém, traz desafios e enfrenta resistência.

Segundo integrantes do governo, a regulamentação vai prever o split payment e as situações em que ele pode ser utilizado. Um dos problemas a serem resolvidos são as situações da prestação de serviços.

Caso haja o pagamento em dinheiro, prática comum no setor, o split payment não tem como ser aplicado. Isso gera riscos de as empresas conseguirem fugir do pagamento de **impostos**.

Nos estados, há quem diz que o modelo não resolve os problemas operacionais. Já os defensores alegam que muitos representantes dos governos regionais têm encarado a regulamentação nos grupos de trabalho com o olhar do ICMS e do ISS, **impostos** que serão substituídos pelo IBS.

A Associação Nacional das Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite), entidade que representa os auditores fiscais dos estados, é crítica e publicou um artigo na Folha de S.Paulo alertando para os riscos do split payment de forma obrigatória.

No texto, o presidente da organização, Rodrigo Spada, diz que a medida geraria, na prática, um enorme mercado paralelo, informal e sem imposto.

Os fiscais desenharam um esboço próprio à Fazenda.

Pela proposta, o valor do IBS devido a cada operação deve ser indicado, linha a linha, no documento fiscal relativo à operação.

O prazo para pagamento do IBS indicado no documento fiscal deve ser definido para, por exemplo, dia 10 do mês seguinte ao da emissão do documento fiscal, após o qual devem incidir acréscimos legais.

"Não é uma oposição [à proposta]. É um modelo que detalha como um split payment pode ser bem feito, porque o diabo mora nos detalhes", disse o auditor da Receita de São Paulo e membro do Comitê Técnico da Febrafite, Rodrigo Frota da Silveira.

Ministério da Fazenda criou 19 grupos de trabalho para fechar os projetos e acenou que deve enviar os textos para a Câmara até o final da primeira quinzena de abril

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-27-03-2024/>

# BC mais cauteloso, mas não pode errar na dose (Editorial)

A perspectiva de redução da **inflação** no curto prazo e o recorde de arrecadação de **impostos** no primeiro bimestre, com o valor de R\$ 467,15 bilhões, indicando uma receita maior este ano e de um deficit fiscal menor, não estão no radar do Banco Central para a próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), no início de maio. A Ata do Copom da reunião da semana passada, quando a Selic foi reduzida para 10,75% ao ano, mostra uma preocupação maior com a persistência das incertezas, que antes se referiam ao cenário externo e agora incorporam também o interno.

Para a próxima reunião do comitê, no início de maio, o corte de 0,5 ponto percentual deve ser mantido, mas, ainda assim, a taxa ficará com dois dígitos e em um patamar ainda elevado em relação ao juro neutro. A explicação para uma possível mudança na política monetária é o fato de as projeções para a **inflação** neste e nos próximos dois anos estarem acima do centro da meta inflacionária, que é de 3%.

O Banco Central sinaliza ao mercado que vai perseguir o centro da meta e agir para impedir o descolamento dos preços, o que já pode ser visto pelos consumidores nos supermercados, principalmente após altas expressivas do valor dos hortifrutigranjeiros.

E com a gasolina defasada em relação ao mercado internacional, a perspectiva é de que o combustível possa ser reajustado novamente e pressionará todos os preços, reforçando a incerteza a que se refere o BC em sua ata da última reunião do Copom.

Com o histórico inflacionário e seus impactos danosos para a economia, é aceitável que o Banco Central se preocupe com o controle dos preços, mas é preciso não errar na dose de preocupação, sob pena de jogar mais para baixo uma atividade econômica desaquecida ou, pior ainda, mexer com as expectativas do mercado. Agora não há uma indicação clara de que na reunião de meados de junho haja uma mudança no patamar de redução da Selic, que finalmente poderá ficar abaixo dos dois dígitos e chegar a 9,75%. Esse patamar ainda é alto, mas é a partir desse ponto que o BC, com uma visão mais clara sobre o cenário-base, poderá reduzir a magnitude do corte de juros, para 0,25 ponto percentual.

Com a resiliência do mercado de trabalho e o pagamento de benefícios sociais mantendo a capacidade de consumo da parcela menos favorecida da população, taxas de juros não terão impacto sobre alimentos que podem seguir com preços pressionados por mudanças climáticas ou eventual alta dos combustíveis, mas vão continuar impactando investimentos, produção da indústria e consumo de bens de valor mais alto e que exigem financiamento.

Não se pede tolerância com a **inflação** fora da meta, ou, como se dizia no passado, que um pouco de **inflação** favorece o crescimento econômico. Não. A **inflação** é um imposto caro para a sociedade, assim como o juro num patamar acima de uma taxa neutra é um arrocho para empresas e famílias. O que se espera é que a análise técnica do BC não se pautue apenas por números e abranja a complexa e robusta estrutura produtiva brasileira.

#### Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG  
BC mais cauteloso, mas não pode errar na dose

#### Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2024/03/27/all.pdf>

# Prefeitos de capitais miram eleição, gastam reserva e dobram investimentos

**Marta Watanabe**

Caixa recheado e operações de crédito ajudaram as capitais a se transformar em canteiros de obras em 2023, sob influência das eleições municipais neste ano. Os investimentos no agregado de 23 capitais somaram R\$ 31,2 bilhões em 2023, valor 45,1% maior, em termos reais, que os R\$ 21,5 bilhões do ano anterior e mais que o dobro dos R\$ 14,17 bilhões de 2019, mesmo período dentro do ciclo eleitoral anterior.

O avanço no ano passado foi possível principalmente porque houve aumento de receitas de operações de crédito e os prefeitos usaram ao menos uma parte do valor em caixa, que entrou em 2023 com saldos altos em razão de superávits de anos anteriores. O desempenho do Imposto sobre Serviços (ISS), principal tributo municipal, também teve sua contribuição porque compensou, em alguns locais, a perda em repasses da União e dos Estados.

Os atuais prefeitos já começaram o mandato com maior disponibilidade de caixa. Ao fim de 2021, primeiro ano da gestão em curso, o saldo em caixa no mesmo grupo de 23 capitais somou R\$ 18,63 bilhões, mais que o dobro dos R\$ 7,17 bilhões ao fim de 2020. Em 2022 foram R\$ 15,95 bilhões. Ao fim do ano passado, o saldo em caixa caiu para R\$ 10,76 bilhões, mas ainda assim um valor considerado alto, quase dez vezes o total de R\$ 1,09 bilhão ao fim de 2019, quatro anos antes. Os valores são todos atualizados para janeiro de 2024, pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Os números foram coletados a pedido do Valor pelo Compara Brasil, portal que reúne dados dos relatórios fiscais entregues pelas prefeituras à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Para mensurar investimentos, foram consideradas as despesas empenhadas. Os dados de caixa são o da disponibilidade de recursos não vinculados e após descontados os restos a pagar não processados. O critério foi usado para refletir de forma mais conservadora os recursos livres, explica Alberto Borges, economista do Compara Brasil.

"A evolução dos dados de caixa mostra que o cenário para investimentos dessas prefeituras nunca foi tão bom", diz Tânia Villela, também economista do Compara Brasil. O desafio, observa ela, é ter

capacidade de execução e projetos. A redução do volume de caixa de 2022 para 2023, segundo, Borges, mostra que houve "queima de reservas" devido ao ciclo eleitoral.

"A realidade é completamente diferente da do mandato anterior, que veio de um período de crise da economia brasileira e com a pandemia no último ano. Hoje os prefeitos das capitais estão com entrega de investimentos muito maior, o que é um ingrediente importante das eleições municipais. O mandato atual teve dinheiro em caixa e em tudo que é canto as prefeituras estão consertando o asfalto", observa Borges.

O levantamento mostra também que as operações de crédito se ampliaram e funcionaram como fonte importante de financiamento para os investimentos.

Essas receitas somaram nas 23 capitais R\$ 8,41 bilhões em 2023 ante R\$ 3,22 bilhões no ano anterior. Em 2019, foram R\$ 4,39 bilhões, sempre com valores atualizados para janeiro deste ano.

"Os investimentos das capitais devem se manter altos em 2024, porque há o ciclo eleitoral e ainda existe folga em caixa. E os municípios fizeram muita operação de crédito para financiar isso", diz Giovanna Victer, secretária de Fazenda de Salvador.

Ela lembra que esse quadro traz um primeiro impacto que tende a ser negativo no resultado primário dos municípios. Isso porque as receitas de operações de crédito são ingressos financeiros, e não entram no cômputo das receitas primárias. O mesmo acontece como uso de superávits anteriores, que estão em caixa, porque eles compuseram as receitas primárias de períodos passados. Os investimentos do exercício, porém, seja quando financiados por operações de crédito, seja por recursos próprios do ano corrente ou de períodos anteriores, são despesa primária. "Então é preciso olhar isso como um filme e não como um retrato."

A gestão atual, lembra Victer, teve o primeiro ano, de 2021, comprometido ainda com a pandemia, e a execução de parte das despesas foi adiada. No ano seguinte, em 2022, houve receitas elevadas, inclusive de repasse da União e do ICMS dos Estados. Além disso, o gasto com pessoal ficou restrito até o fim de

2022, porque a Lei Complementar 173/2020 limitou o reajuste de servidores e contratações no setor público, recorda.

"A combinação de despesa muito represada e receita elevada gerou muito caixa para as prefeituras. É natural que agora façam investimentos com o dinheiro em caixa porque a função principal das prefeituras é oferecer serviços e buscar o bem-estar na cidade. A disponibilidade em caixa é como uma poupança. Eu quero reformar a cozinha, então vou poupar. 2023 foi o ano de reformar a cozinha para se ter o bem-estar e em Salvador isso foi planejado", compara a secretária. Segundo os dados levantados, em Salvador os investimentos em 2023 somaram R\$ 1,5 bilhão, com alta de 30,7% ante 2022. Em 2019 foram R\$ 860 milhões.

Rodrigo Fantinel, secretário de Fazenda de Porto Alegre, lembra que na capital gaúcha o quadro atual difere muito do que vigorou no mandato anterior. No período mais recente, os recursos livres em caixa em Porto Alegre vieram somente desde 2021. No anos anteriores, pelo menos de 2018 a 2020, a disponibilidade de caixa era negativa, recorda.

O quadro de recursos livres em caixa, conta Fantinel, contribuiu para o município lançar no ano passado, com base também nos resultados do exercício, um plano para aceleração de investimentos. "A ideia foi destinar as sobras financeiras para investimentos. Não somos banco, não estocamos dinheiro. Nós convertemos dinheiro em serviços públicos."

"É preciso manter recursos em caixa em nível que permita ter lastro para endividamento, para estar protegido em momentos de choque e poder garantir o pagamento de fornecedores e funcionários e, por último, para fazer investimentos", diz Victer, de Salvador. "A arte da decisão política é ponderar esses três fatores." A disponibilidade de caixa de Salvador ao fim de 2022 foi de R\$ 1,25 bilhão. Ao fim do ano passado foi de R\$ 682 milhões.

As cidades em geral, diz Victer, enfrentam pelo menos três demandas mais fortes por investimentos, diz. "São investimentos para mitigação do impacto das mudanças climáticas, para segurança e para mobilidade e transporte público."

No topo do ranking das capitais com a maior taxa de crescimento de investimento em 2023 ante 2022, está Maceió. O aumento de 190,1% na capital alagoana vem seguido por Aracaju e por Vitória, com aumentos de 132,7% e 112,9%, respectivamente, pelos dados do levantamento.

A prefeitura local divulgou em comunicação oficial de

fevereiro deste ano que parte da capital foi transformada em "canteiro de obras", com investimentos em pavimentação, recapeamento asfáltico, proteção e contenção de barreiras e revitalização de áreas de lazer, entre outros. Pelos dados levantados, os investimentos de Maceió chegaram a R\$ 784,1 milhões no ano passado, ante R\$ 270,3 milhões em 2022 e R\$ 61,9 milhões em 2019.

O secretário de Fazenda de Maceió, João Felipe Borges, afirma que há um momento de "entusiasmo" no município. O aumento de investimentos da prefeitura, diz, não aconteceu apenas em termos absolutos, mas também em relação às receitas. No ano passado, relata, Maceió teve o equivalente a 18,9% da Receita Corrente Líquida (RCL) destinada a investimentos e nesse critério fechou 2023 com o segundo melhor indicador entre as capitais. "Em 2018 e 2019, o município estava na última posição nessa classificação", lembra.

"Corrigido pela **inflação**, o investimento de 2023 é o maior dos últimos 20 anos", diz. Para 2024, a estimativa, destaca, é que o investimentos fiquem no mesmo nível de 2023, com meta de chegar a R\$ 1 bilhão.

Segundo ele, a prefeitura tem condições fiscais para o avanço nos investimentos. A expectativa de crescimento da arrecadação própria em 2024 é de cerca de 5% reais. E a prefeitura, diz, deve executar neste ano parte das receitas de empréstimos que entraram no ano passado.

As receitas de operação de crédito somaram R\$ 150,4 milhões na capital alagoana em 2023, 61% a mais que em 2022. Além disso, diz o secretário de Maceió, outros financiamentos estão sendo negociados. E isso não deve comprometer o quadro de ajuste do município, diz. "Temos uma folga porque ao fim desse ciclo de operações de crédito a expectativa é ficar com endividamento [valor da Dívida Consolidada Líquida] próximo a 40% da RCL" O limite previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal para as prefeituras é de 120% da RCL.

Em Aracaju, conta o secretário de Fazenda do município, Jeferson Passos, os investimentos no ano passado tiveram 60% do valor financiado por operações de crédito. O restante foi coberto parte por superávits anteriores em caixa e parte por recursos do próprio exercício.

Na capital sergipana, diz, houve um ganho de velocidade na elaboração e projetos de investimentos nos últimos anos. Em 2023 a prefeitura de Aracaju investiu R\$ 409,9 milhões, ante R\$ 176,2 milhões em

2022 e R\$ 136,2 milhões em 2019. "Este ano vamos bater novo recorde com algo em torno de R\$ 500 milhões", diz ele. A parcela financiada por operações de crédito deve aumentar para 70%, diz. Essas receitas em 2023 somaram R\$ 201,4 milhões em Aracaju. Em 2022 foram R\$ 73 milhões.

Passos também ressalta o baixo endividamento do município, que é de 30% da RCL. "Os investimentos em infraestrutura beneficiam a arrecadação própria. Alavancam o IPTU [cobrado sobre propriedade de imóveis urbanos] e ITBI [sobre venda de imóveis] de imediato, com a valorização de imóveis, e ajudam a atrair mais turistas e negócios privados", destaca.

Os dados mostram que as capitais quebraram recordes de investimento em todo país. "Em 2023, a prefeitura de Porto Alegre ultrapassou pela primeira vez a marca de meio bilhão de reais em investimentos", diz Fantinel, da Fazenda da capital gaúcha. Para 2024, diz, "há espaço para crescimento". No ano passado os investimentos de Porto Alegre somaram R\$ 525,2 milhões. A alta, de 6,4%, foi relativamente modesta ante 2022, embora bem maior contra os R\$ 268,4 milhões em 2019.

A expectativa de manter investimentos em alta em 2024 vem do bom desempenho das receitas, diz. Fantinel projeta crescimento de pelo menos 8% das receitas, incluindo **tributos** próprios e transferências. Além disso, relata, a prefeitura pretende destravar operações de créditos significativas antes do período de restrição eleitoral de 2024, o que também deve garantir uma "situação boa" para o próximo mandato.

Em termos absolutos, São Paulo, cidade mais populosa do país, foi a campeã em investimentos em 2023. Foram R\$ 14,4 bilhões ante R\$ 9,4 bilhões em 2022 e R\$ 4,6 bilhões em 2019. Em nota, a Fazenda paulistana diz que o crescimento dos investimentos ao longo dos últimos anos e o recorde histórico previsto para 2024 são resultado da eficiência na gestão. Operações de crédito em andamento, diz a nota, também devem ajudar a sustentar o aumento esperado para este ano.

"Cenário para investimentos dessas prefeituras nunca foi tão bom"

Tânia Villela

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187825>



# Saldo da PEC da imunidade a igrejas pode sair caro - FERNANDO EXMAN

**FERNANDO EXMAN**

Fernando Exman é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras E-mail: fernando.exman@valor.com.br

Estava tudo preparado para que a Câmara dos Deputados votasse nesta semana, antes da Páscoa, a proposta de emenda constitucional que amplia a imunidade tributária a igrejas. Semana Santa, período simbólico. O governo demonstrou disposição de fazer um gesto político à bancada evangélica, majoritariamente alinhada à oposição. Mas divergências entre as igrejas provocaram o adiamento da apreciação da PEC em plenário.

Cria-se, com isso, uma oportunidade para o país discutir melhor o tema e seus possíveis efeitos econômicos.

Atualmente, a Constituição já estabelece que a imunidade tributária para essas instituições vale para o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades. Mas a proposta do deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), ligado à Igreja Universal, tem como objetivo ampliar essa imunidade à aquisição de bens e serviços necessários à formação do patrimônio, à geração de renda e à prestação de serviços. Ao expandir o tratamento para tributações indiretas, apontam especialistas, obras ligadas a igrejas teriam, por exemplo, isenção para a compra de material de construção.

Sem uma estratégia clara para se aproximar do eleitorado evangélico, o governo bateu cabeça. Integrantes da ala política passaram a defender que a PEC fosse tratada como um "tema de atividade econômica e tributária". Na equipe econômica, os movimentos foram para construir um acordo menos prejudicial às contas públicas. Afinal, por ser uma proposta de emenda à Constituição, em caso de promulgação a iniciativa do Congresso não poderia ser vetada depois pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Tentou-se, dessa forma, despolitizar um tema que é eminentemente político.

Segundo a mais recente pesquisa Datafolha, a

reprovação do governo é maior entre os evangélicos. Do ponto de vista qualitativo, sondagens internas do Planalto apontam uma relação entre a baixa popularidade de Lula entre jovens evangélicos e o fato de esse público acreditar que o governo promove ideias com as quais ele não concorda.

No governo, contudo, não existe um consenso sobre como enfrentar esse desafio. Uma ala, com o próprio presidente à frente, sustenta que mais entregas e a melhoria do ambiente econômico terão o condão de reverter essa situação.

Outra ala acredita que seria preciso intensificar a interlocução e, conseqüentemente, a construção de pontes com os evangélicos. E existe ainda quem defenda um caminho do meio. Alguns interlocutores do presidente que são evangélicos estão neste último grupo.

Uma fonte lembra que essa parcela da população é composta majoritariamente por pessoas que vivem em periferias e enfrentam severas dificuldades financeiras. Elas têm expectativa de colocar os filhos em boas escolas, se for em período integral melhor ainda, e se preocupam com questões de segurança. Portanto, poderiam reagir positivamente a mais entregas do governo nessas áreas.

Em outra frente, acrescenta essa fonte, o presidente deveria trabalhar para ter um melhor diálogo com lideranças evangélicas que busquem uma reconexão com o legado da reforma protestante e, ao mesmo tempo, valorizem eventuais conquistas sociais promovidas pelo governo. Em outras palavras, que se identifiquem com as causas que motivaram Martinho Lutero a defender cerca de 500 anos atrás a separação entre Estado e Igreja.

"Essa coisa da instrumentalização da fé pela política e do Estado pela fé é contraditória com a reforma protestante", destaca. "De repente, esse legado foi se apartando de parte dos evangélicos, que acha que vai impor os valores da fé via leis civis. Não pode ser isso. É contraditório." E faz um alerta: Lula não deve cair na tentação de fazer "movimentos estereotipados e extemporâneos". Sobre tudo quando não há unidade na bancada evangélica.

Em sua edição de terça-feira (26), o jornal "O Globo"

detalhou as divergências. Uma é o imposto sobre o aluguel dos templos, item que não é visto como fundamental por todas as igrejas.

Há um impasse sobre a criação de uma lei complementar que estabeleça regras unificadas e nacionais. Alguns parlamentares argumentam que jogar a regulamentação para a legislação infraconstitucional fragiliza a imunidade.

Ainda de acordo com a reportagem, um outro ponto de discordância na PEC é a previsão da criação de uma espécie de "cashback" dos **impostos** indiretos. Integrantes da bancada evangélica temem depender de regulamentação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e, no fim das contas, do juízo de auditores fiscais.

Esse é um lado da questão.

Do outro, a sociedade precisa refletir sobre como seria compensada essa renúncia de receita. É difícil acreditar que o Estado não repassará a conta, de maneira a manter a arrecadação.

Deve-se avaliar, também, quais seriam os mecanismos à disposição do poder público para coibir eventuais irregularidades. Não será fácil, por exemplo, controlar o uso de todo o material de construção adquirido com imunidade e sua destinação. Se o Palácio do Planalto pretende tratar a PEC como um "tema de atividade econômica e tributária", relativizando o pano de fundo político, precisa enfrentar de frente os potenciais problemas que a proposta pode causar.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187825>

# IPCA-15 acima da expectativa confirma alertas do Copom (Editorial)

A **inflação** medida pelo IPCA-15 realçou as mesmas preocupações expressas na ata do Comitê de Política Monetária, divulgada ao mesmo tempo que o índice - 0,36%, abaixo de 0,78% de fevereiro, mas acima da mediana das expectativas de 0,3% dos analistas. Em relação a março de 2023, registrou 4,14%, recuo importante em relação aos 4,49% na mesma comparação feita em fevereiro. Mesmo assim, o IPCA-15 até agora confirma o fato de que a **inflação** cai com menos intensidade do que a esperada, considerando-se uma enorme carga de juros que chegou a 13,75%, alguns décimos abaixo dos 14,25% do pico de juros da década passada. O Banco Central vê um aumento da incerteza tanto no cenário externo quanto no doméstico. Pela ata do Copom, os fatores internos são mais relevantes.

O balanço de riscos como tal parece defasado. A possibilidade de que o aperto sincronizado de juros nos países desenvolvidos que derrubasse a atividade global parece fora de cogitação. Ocorre o contrário: a força dos juros tem sido incapaz de amortecer a **inflação**. Uma desaceleração da atividade mais forte do que a projetada, outro risco de baixa no balanço, que seria o desejo atual dos BCs desenvolvidos, também não deu sinal de vida.

Restam então os riscos de alta, nos quais a ata do Copom se concentra. A rigor, estão na **inflação** de serviços e no "hiato do produto mais apertado". A ata amplia o leque. A evolução dos salários, que para o BC suplanta os aumentos da produtividade, e o avanço da massa salarial real, impulsionada por um mercado de trabalho aquecido, incentivam o consumo das famílias, com outros estímulos simultâneos: redução importante da **inflação**, reativação da concessão de crédito em função da queda dos juros, avanço da renda concedida a programas sociais, como o Bolsa Família, e reajuste acima da **inflação** do salário mínimo.

Reajustes salariais acima da **inflação** podem postergar a aproximação do IPCA da meta de 3%. As expectativas de **inflação**, há oito meses, continuam mostrando considerável distância: pelo boletim Focus, 2024 fechará com IPCA de 3,75% e 2025, de 3,5%. Os reajustes seriam menos preocupantes se a produtividade da economia estivesse crescendo à mesma velocidade, ou acima. Para o BC, não é o caso.

"Um mercado de trabalho mais apertado, com reajustes salariais acima da meta de **inflação** e sem ganhos de produtividade correspondentes, pode potencialmente retardar a convergência da **inflação**, impactando notadamente a **inflação** de serviços e de setores mais intensivos em mão de obra", registra a ata. Esse é um dos argumentos mais relevantes a compor o quadro de incertezas que emoldurou a decisão do Copom de reduzir o horizonte de sua orientação futura de dois meses para um mês.

Os efeitos desse aumento da massa salarial e do ritmo de reajustes dos vencimentos encontra tendências que vão na direção contrária, ou seja, de contenção de preços, como "recomposição favorável de preços relativos", e uma "dinâmica benigna de commodities". Considerado em seu conjunto, o BC considera que o cenário prospectivo para a **inflação** se mostra mais "incerto", da mesma forma que o externo, ainda que as dúvidas sobre a evolução dos juros nos Estados Unidos e a força da atividade econômica global permaneçam as mesmas há alguns meses. Pode fazer diferença e influir na política monetária doméstica um atraso maior do que o esperado na redução dos juros americanos. A probabilidade existe, mas tornou-se menor depois que os membros do Federal Reserve mantiveram a perspectiva de três cortes na taxa básica ainda este ano.

Os dados do IPCA-15 confirmam as dúvidas sobre o ritmo de queda da **inflação** sem assegurar um rumo claro para a política monetária. A desaceleração em março foi relevante (0,36% ante 0,78% em fevereiro), mas inferior à prevista na mediana das projeções dos analistas. A evolução dos preços de alimentos e bebidas (0,91%) e gasolina (2,39%) contribuíram com 0,31 ponto percentual - quarto quintos do resultado. No caso dos alimentos, há a sazonalidade, e a entrada da safra deve arrefecer os aumentos já no próximo mês. No caso dos combustíveis, pesou a recomposição dos **impostos**, que não se repetirá. O IPCA acumula 1,46% no primeiro trimestre, enquanto a variação de preços de alimentos (3,45%), educação (5,64%) e saúde (1,94%) corre a uma velocidade maior.

O BC desconfia, mas não tem certeza, de que o aperto no mercado de trabalho e o aumento de salários indicam que a economia está perto de esgotar sua

capacidade ociosa, o que tende a retardar o caminho da **inflação** em direção à meta.

Não se trata de uma fatalidade - a ata faz várias ressalvas nesse sentido -, mas de um sinal de alerta. Diante disso, não fazia mais sentido o BC anunciar seus passos com dois meses de antecedência. Os investidores creem que o ciclo da baixa de juros se encerrará com a Selic entre 9,5% e 9,75%. É uma perspectiva muito conservadora, que prescreve juros reais de 6% ou mais. O BC, ao se livrar do seu "guidance" anterior, deixou seus movimentos em aberto, o que significa que as decisões acompanharão os mais recentes dados disponíveis e que os juros poderão cair abaixo disso.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187825>

# STJ passa a adotar novos critérios para impor limites em julgamentos tributários

*Beatriz Olivon De Brasília*

A la Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) adotou, em recentes julgamentos tributários, formas de modular os efeitos das decisões (adotar limite temporal) que podem acabar prejudicando contribuintes. Em dois casos, para os ministros, só quem obteve liminar teria direito a não pagar tributo até julgamento desfavorável na Corte. Até então, de acordo com especialistas, o comum era, nos tribunais superiores, estender o benefício para todos que ingressaram com ações-com ou sem liminar.

Em um dos julgamentos, a la Seção derrubou o limite para o pagamento das contribuições ao Sistema S (Sesc, Senai e Sebrae). Os ministros decidiram que a base de cálculo não deve ficar restrita a 20 salários mínimos (hoje R\$ 28,2 mil). E, na modulação dos efeitos da decisão, estabeleceram que fica válida decisão favorável vigente na data de início das discussões no STJ (25 de outubro de 2023) até a publicação da ata de julgamento. Depois, o limite cairia para todos os contribuintes (REsp 1898532 e REsp 1905870).

No outro julgamento, os ministros consideraram válida a inclusão das tarifas correspondentes ao custo de transmissão (TUST) e de distribuição (TUSD) de energia elétrica na base de cálculo do ICMS. Nesse caso, também decidiram que as limitações favoráveis seguiriam válidas até 27 de março de 2017 - data em que foi publicado acórdão da la Turma sobre o tema, a primeira decisão divergente entre as turmas do STJ, que até então tinham entendimento favorável aos contribuintes (REsp 1692023, o REsp 1699851 e o EREsp 1163020).

Ainda no STJ, em decisão favorável ao contribuinte, sobre a exclusão do ICMS-ST da base do PIS e da Cofins, os ministros decidiram que o entendimento só produz efeitos a partir da publicação da ata de julgamento, que ocorreu em 24 de fevereiro de 2023. Foram ressaltadas as ações judiciais que já tramitavam sobre o assunto, independentemente do resultado (REsp 1896678 e REsp 1958265). Nesse caso, já foi apresentado recurso questionando a modulação.

A modulação surgiu como uma forma de limitar os efeitos de uma decisão tributária, já que um processo

ajuizado na data do julgamento poderia pedir de volta **tributos** pagos nos cinco anos anteriores, além do futuro, segundo lembra o tributarista Rafael Vega, do Cascione Advogados. Serve para os casos em que ocorreu mudança de jurisprudência. Em geral, acrescenta, é preservado o direito de quem propôs ação antes da decisão do tribunal superior. "A modulação de efeitos passou a ter efeito de proteção das contas públicas", diz Vega.

Em 2021, veio uma das primeiras mudanças nas modulações, segundo Vega, no julgamento da retirada do ICMS da base do PIS e da Cofins pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Foi decidido que a decisão valeria a partir de 15 de março de 2017, data de julgamento do mérito, ressaltados os processos propostos antes dessa data - quem ajuizou ação entre a decisão de mérito e a modulação ficou de fora.

No STJ as modulações ainda são raras, segundo o advogado Rafael Vega. "Talvez o STJ ainda esteja testando seu entendimento na modulação de efeitos", afirmou. "Por enquanto não tem sido o mesmo critério do STF." Para a advogada Francielle Sezotzki, também integrante do Cascione Advogados, "a modulação, que é para garantir segurança jurídica, está, agora, trazendo insegurança jurídica".

De acordo com o tributarista Rafael Nichele, a postura do STJ e o critério utilizado nas modulações pela la Seção parecem atender melhor a questão de segurança jurídica, mantendo as decisões favoráveis que existiam antes da mudança de jurisprudência. "Nos dois casos, o STJ inaugurou um critério de modulação de efeitos, mas que me parece privilegiar a segurança jurídica do contribuinte", diz.

A situação é totalmente diferente da modulação adotada no caso do ICMS-ST, afirma o advogado, em que foi determinada uma data aleatória e que não preserva a segurança jurídica. "A razão de existir da modulação é preservar segurança jurídica." Thiago Bravo, sócio da Tax Advice Gestão Tributária, considera as duas modulações feitas pelo STJ peculiares, por manter apenas o direito do contribuinte que tinha liminar. Já o advogado Daniel Ávila Thiers Vieira, sócio do Locatelli Advogados, destaca que quem se antecipou teve o direito preservado - quando conseguiu a liminar. "Ganhou na estratégia quem se antecipou." Vieira pondera que há um efeito colateral

na modulação feita pelo STJ, de judicialização. "A mensagem que o STJ passa ao dar esse tipo de decisão é a de prestigiar quem se antecipou e obteve decisão favorável", afirma. Há ainda, acrescenta, um problema de isonomia tributária. "Imagina a situação de uma varejista que entrou com ação do Sistema S e teve a liminar negada e tem concorrente que obteve a liminar." No STF, tramita uma proposta que chama a atenção dos advoga-dos, já com voto de alguns ministros, para que seja aplicada a data de um precedente sobre o assunto, mas envolvendo outro município e a mesma discussão sobre incidência de ISS. "O objeto das duas ações não é exatamente o mesmo", afirma a advogada Priscila Faricelli, que considera inédito o deslocamento da modulação de um processo para outro que envolve outras partes.

Na ADPF 189, o Distrito Federal questiona o artigo 41 do Código Tributário Municipal de Barueri (SP) que reduz a base de cálculo do ISS sob a alegação de afronta ao pacto federativo. Em agosto de 2020, o STF decidiu pela inconstitucionalidade. Inicialmente foi aprovada modulação para a decisão ter validade a partir da publicação da ata do julgamento de mérito.

Mas em fevereiro deste ano começou o julgamento de segundos embargos, para que seja considerada a data de julgamento da ADPF 190, que tratou de questionamento similar sobre o Código Tributário de Poá (SP) - nesse caso a modulação retroagiria a dezembro de 2015. O relator, ministro Edson Fachin, votou a favor desse pedido. Os ministros Cristiano Zanin e Alexandre de Moraes se manifestaram no mesmo sentido. O julgamento está suspenso por pedido de vista.

"A mensagem que o STJ passa é a de prestigiar quem se antecipou" Daniel Ávila T. Vieira

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187825>

# Copom indica freio na queda dos juros

» ROSANA HESSEL

Em ata divulgada ontem, o Banco Central (BC) reforçou o **comunicado** da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em 19 e 20 deste mês, de que vai reduzir o ritmo de cortes da taxa básica da economia (Selic). A taxa atual está em 10,75% ao ano, após o comitê aprovar a redução de mais meio ponto percentual.

De acordo com analistas, maior preocupação com o mercado de trabalho também ajudou a acender o alerta na condução da política monetária.

No documento de oito páginas foi retirado o "forward guidance" (sinalização futura) para as próximas reuniões devido ao aumento das incertezas, sinalizando a redução do ritmo de corte dos juros. O texto voltou a apontar a expectativa de manutenção do ritmo de corte apenas para a próxima reunião, em maio, no singular. A ata destaca a maior atenção da autoridade monetária com a disciplina fiscal e o zelo com as contas pública.

"O cenário mais incerto reduz o benefício da sinalização futura e eleva seus custos. Tal avaliação levou o Comitê a comunicar que antecipava uma redução de mesma magnitude na próxima reunião, reforçando que a alteração na comunicação se dava por uma mudança na incerteza, e não no cenário-base", destacou o texto da ata, acrescentando que tal alteração "reflete tão somente uma análise de custo-benefício da utilização desse instrumento adicional de política monetária".

Ao justificar essa mudança, o colegiado reforçou que "seria um equívoco interpretar a mudança na sinalização futura como uma indicação de alteração do ciclo de política monetária compatível com o cenário-base".

Segundo o economista-chefe da G5 Partners, Luis Otávio Leal, a ata do Copom "veio em linha com o esperado" e as principais incertezas estão relacionadas com o cenário externo e a economia mais resiliente dos Estados Unidos. Internamente, o mercado de trabalho mais aquecido ajuda a pressionar a **inflação** de serviços. "O Banco Central mostrou-se extremamente preocupado com mercado de trabalho.

O preponderante para ter tirado o plural na sinalização para reuniões futuras de um viés de desaceleração do ritmo foi o mercado de trabalho mais apertado",

destacou.

Leal aposta em queda de 0,25 ponto percentual para os cortes da Selic a partir de junho e, para o fim do ano, estima que os juros terminarão em 9% anuais. "O corte de 0,25 ponto percentual em julho está certo, mas a Selic em 9% depende, claramente, dos dados de **inflação** de serviços e, principalmente, do mercado de trabalho. É o que vai determinar a política monetária nos próximos meses", explicou.

Com relação ao cenário fiscal, o Copom ressaltou na ata a importância da execução das metas "já estabelecidas para a ancoragem das expectativas de **inflação** e, conseqüentemente, para a condução da política monetária".

"O comitê reafirma a importância da firme persecução dessas metas", frisou.

O Copom também demonstrou preocupação com o cenário externo, mais volátil, "marcado pelos debates sobre o início do processo de flexibilização da política monetária nas principais economias e a velocidade com que se observará a queda da **inflação** de forma sustentada em diversos países". Além dos conflitos geopolíticos, "a velocidade da desinflação em um cenário de atividade forte e mercado de trabalho resiliente voltou a ser tema de grande debate", de acordo com o documento.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, avaliou que, diante de tantos riscos domésticos e externos, o BC acendeu o alerta amarelo. "A incerteza deverá fazer com que o banco termine o ciclo de queda em 9,25%, e quem imaginava a Selic muito mais baixa poderá ter que revisar as projeções. De qualquer maneira, esse é o prenúncio de um segundo semestre muito mais tumultuado na política monetária: fim de ciclo de queda, troca de presidente do Banco Central e de mais dois diretores. Saberemos desse novo BC mais à esquerda que surge apenas lá na frente, quando for necessário subir a Selic novamente.

Por ora, apesar dos riscos, o cenário não é de preocupação", explicou.

Para Sérgio Goldenstein, estrategista-chefe da Warren Investimentos, o principal destaque da ata do Copom de março é a explicitação de que o cenário de maior incerteza quanto ao processo desinflacionário local e global requer maior flexibilidade para a condução da política monetária.

"Nesse sentido, apesar de o cenário-base não ter se alterado substancialmente, a avaliação unânime do Comitê é de uma redução do benefício da sinalização futura e de elevação de seus custos", destacou.

**Site:**

**<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense/2024/03/27/all.pdf>**



# Inflação requer "maior flexibilidade", diz Copom

**THAÍS BARCELLOS e CÉLIA FROUFE/BRASÍLIA e GABRIELA JUCÁ e MARIANNA GUALTER/SÃO PAULO E EDUARDO RODRIGUES/ BRASÍLIA**

As incertezas sobre a velocidade de convergência da **inflação** para a meta, tanto no Brasil quanto no exterior, demandam uma "maior flexibilidade" na administração da taxa básica de juros (a Selic). É o que diz a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, realizada na semana passada.

Divulgado ontem, o documento faz menção ao fato de que "alguns membros (do colegiado) argumentaram que, se a incerteza permanecer elevada no futuro, um ritmo mais lento de distensão monetária pode revelar-se apropriado, para qualquer taxa terminal que se deseje atingir".

Pela leitura do mercado, o trecho abre a porta para uma redução do ritmo de corte da Selic a partir de junho, mesmo que isso não signifique mudança no ciclo total de redução da taxa até o fim do ano. "O cenário- base não se alterou substancialmente, mas, com as incertezas do cenário, julgou-se apropriado ter maior flexibilidade de política monetária", informou a ata. "O comitê avalia que há maior incerteza nas conjunturas doméstica e internacional." Na reunião da semana passada, o Copom voltou a reduzir, pela sexta vez seguida, a Selic em 0,5 ponto percentual, que passou a ser de 10,75% ao ano.

Mas, em contraste com os encontros anteriores, sinalizou corte "da mesma magnitude" apenas na próxima reunião - marcada para maio. Até então, esse tipo de indicação vinha servindo para as duas reuniões posteriores.

Também ontem, o IBGE divulgou que a prévia da **inflação** em março ficou em 0,36%, desacelerando em relação a fevereiro.

Mas, ainda assim, o índice acabou superando as estimativas do mercado financeiro para o período (mais informações na pág. B8).

**MASSA SALARIAL.** A ata mostrou ainda que os integrantes do Copom avaliaram o eventual impacto do aumento de ganhos salariais na **inflação** de serviços. "O comitê demonstrou maior preocupação

com possíveis efeitos da ampliação de ganhos reais no período mais recente e da aceleração de crescimento observada nos dados referentes à massa salarial sobre a dinâmica prospectiva da **inflação** de serviços." Para Laiz Carvalho, economista para Brasil do BNP, o Copom "bateu na tecla de que o cenário não mudou, mas que as incertezas são grandes no futuro".

"Antes (da última reunião), esperávamos um corte de 0,50 ponto percentual em junho, e começava a reduzir o ritmo em julho. Agora, vemos 0,25 ponto já em junho." Já o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, afirma que o cenário de atividade resiliente neste início de ano, atrelado ao mercado de trabalho aquecido, e uma pressão na **inflação** de serviços são elementos de preocupação para o BC, colaborando para a mudança do chamado "forward guidance".

O economista, porém, ainda vê espaço para corte de 0,5 ponto na reunião de junho. "Se confirmar essa **inflação** moderada, pode haver espaço para a continuidade de corte em 0,5 ponto", disse ele. Vale acrescenta que os dados de **inflação** de serviços permanecem como ponto de atenção para a tomada de decisões da autoridade monetária. "Esse momento de crescimento da atividade no início do ano é estimulado por política fiscal e monetária.

O BC vai segurar o que pode na monetária, e precisa sinalizar para que a (política) fiscal não seja expansionista."

\*

Focus indica Selic de 9% no fim do ano e **inflação** de 3,75% | EDUARDO RODRIGUES/ BRASÍLIA

O relatório Focus divulgado ontem pelo Banco Central mostra que a mediana das projeções do mercado financeiro continua apontando para uma Selic de 9% no encerramento do ano. Também ficaram estáveis as estimativas para 2025 e 2026 (em 8,5%). O relatório é feito semanalmente pelo BC, e contém as expectativas dos economistas para os principais indicadores econômicos do País.

No caso da **inflação**, os economistas veem espaço para novas quedas. Pelo Focus, a previsão para o ano

recuou de 3,79% para 3,75%.

Um mês antes, a mediana era de 3,80%. Para 2025, foco principal da política monetária, a projeção oscilou de 3,52% para 3,51%.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Fazenda propõe aliviar dívida de Estado que investir em ensino técnico

**FERNANDA TRISOTTO GABRIEL HIRABAHASI**  
**BRASÍLIA**

O Ministério da Fazenda apresentou ontem uma proposta para refinar as dívidas dos Estados com o governo federal que tem como contrapartida o compromisso de investir no ensino médio técnico. O programa da Fazenda, batizado de Juros por Educação, prevê três faixas de correção das dívidas, a depender do percentual aplicado pelos Estados para viabilizar novas matrículas.

Hoje, as dívidas dos Estados com a União são corrigidas pela Selic (a taxa básica de juros da economia) ou pela **inflação** mais 4% ao ano. Pelo novo programa, no caso dos Estados que aplicarem no mínimo 50% da economia proporcionada pela redução dos juros na ampliação de matrículas a taxa de juros passará a ser de IPCA mais 3% .

Para os que aplicarem 75%, a taxa cairá para IPCA mais 2,5% ao ano. Por fim, aos que aplicarem 100% a taxa será IPCA mais 2%.

A correção dos débitos com juros reais (taxas que embutem a **inflação** mais um percentual) e uma contrapartida com foco em investimentos estratégicos à população foram antecipadas ao Estadão pelo secretário do Tesouro, Rogério Ceron. Segundo a Fazenda, caso as metas do programa sejam alcançadas pelos Estados a redução na taxa de juros se tornará permanente.

Além disso, o programa também prevê uma redução maior na taxa de juros caso os Estados optem por amortizar o saldo devedor. Se 10% do saldo for amortizado, a taxa cairá 0,5%. Se a amortização for de 20%, a queda será de 1%. Os Estados poderão usar ativos, como participações em empresas públicas e sociedades de economia mista, nessas amortizações.

"BOA PROPOSTA". Mesmo com ressalvas, os governadores dos Estados do Sul e do Sudeste elogiaram a proposta de renegociação de dívidas apresentada pela Fazenda. O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), afirmou que, apesar de ser uma "boa proposta" e um "avanço importante", ainda não é possível dizer se é "suficiente" para aliviar a situação fiscal dos Estados.

"Esperamos que possa significar um acordo nas próximas semanas, com melhores indexadores.

Significa maior capacidade para os Estados suportarem essa dívida. Se é suficiente, ainda vamos ter de fazer estudos. É uma boa proposta, queria cumprimentar o governo federal, foi um avanço importante", disse.

Leite, assim como os governadores de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), e do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), fizeram questão de reforçar que as dívidas não são dos governos atuais, mas de gestões passadas. "Estamos vendo que há boa vontade do governo federal em discutir a indexação da dívida. Vejo como muito positiva a iniciativa de construir uma nova forma de gestão da dívida dos entes superendividados.

Não adianta postergar a solução do problema, precisamos de solução definitiva para a dívida", disse Zema.

Castro elogiou a "sensibilidade" do governo federal em discutir com os governadores a renegociação das dívidas.

DEMANDA. Qualquer Estado poderá aderir ao programa apresentado pela Fazenda. Os que porventura não tiverem dívidas com a União, ou que tenham débitos de menor valor, terão acesso prioritário a linhas de financiamento e a outras ações de apoio à expansão do ensino médio técnico, de acordo com a pasta.

Caso os Estados não apliquem a integralidade dos recursos na ampliação das matrículas do ensino médio técnico, os governadores deverão recolher a diferença a título de aporte ao Pé de Meia, programa do governo federal que criou uma espécie de "poupança" para estudantes do ensino médio. Se as unidades federativas não cumprirem esse aporte, a taxa de juros real de 4% será cobrada retroativamente, com a obrigação de a diferença ser quitada em até 30 dias. O Estado que não cumprir nenhuma das obrigações terá esse montante incorporado ao saldo devedor e será excluído do programa.

A redução na taxa de juros era uma demanda dos governadores para permitir a quitação dos débitos. Os

Estados pleiteavam correção nominal (sem levar em conta a **inflação**) de 3% - o que era visto, nos bastidores, pelos próprios governadores como proposta para dar início a uma negociação, mas não necessariamente a ser atingida.

Segundo o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, foi estabelecido um cronograma de 60 dias para a negociação dos acordos com os Estados.

Haddad diz que Juros por Educação não terá impacto fiscal à União

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o programa Juros por Educação não terá impacto fiscal primário de curto prazo para a União. Pela manhã, ele apresentou aos governadores do Sul e Sudeste a proposta que vincula a redução dos juros reais atrelados às dívidas dos Estados a contrapartidas no ensino médio técnico.

"Não tem impacto primário de curto prazo. Estão sendo sopesados todos os argumentos para que a nossa trajetória de dívida não seja comprometida com essa repactuação.

Abri a reunião dizendo que não posso resolver o problema (dos Estados) criando um problema para o governo federal", disse.

A ideia da Fazenda é enviar uma única proposta que mesclará a discussão da renegociação do indexador da dívida e a da reformulação do Regime de Recuperação Fiscal (RRF). As mudanças no RRF são independentes da proposta apresentada aos governadores e já estão adiantadas, porque esse é um tema que a Fazenda já vem debatendo desde o ano passado.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Prévia da inflação de março sobe 0,36%

*(Carolina Nalin)*

O IPCA-15 de março, considerado uma prévia do índice oficial de **inflação** do mês, subiu 0,36%, anunciou ontem o IBGE. O resultado, puxado pela alta nos preços dos alimentos, desacelerou em relação a fevereiro, quando houve alta de 0,78%.

O destaque, entre os nove grupos de preços pesquisados, foi Alimentação e bebidas, com alta de 0,91%. Em seguida, vêm Transportes (0,43%) e Saúde e cuidados pessoais (0,61%).

Segundo economistas, a perspectiva para a trajetória da **inflação** ao longo do ano não mudou. Ainda assim, avanços mais intensos do que o esperado em alguns preços de serviços indicam que a economia segue aquecida e isso pode limitar o corte dos juros em curso pelo Banco Central (BC).

Para Andréa Angelo, estrategista de **inflação** da Warren Investimentos, preços de condomínio, hotel, serviços de streaming e conserto de automóvel confirmam o sinal de um "mercado de trabalho ainda pujante", que pode alimentar a **inflação**: -No ano, os serviços intensivos em mão de obra apontam patamares próximos a 6% ao final deste ano, uma aceleração em relação a 2023.

Já para João Savignon, diretor de pesquisa macroeconômica da Kínitro Capital, houve surpresa negativa com os serviços, mas surpresas positivas com o índice de difusão (proporção do total de itens pesquisados que encareceram).

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# G20 forma mosaico heterogêneo

**VITOR PAOLOZZI**

Frequentemente descrito, de forma simplificada, como o grupo das 20 nações mais ricas do mundo, o G20 ostenta números superlativos: responde por aproximadamente 80% do **PIB** global, cobre 60% do território do planeta, envolve 75% do comércio internacional e abriga dois terços da população da Terra. Sem ligar para as críticas quanto à sua representatividade distante do ideal, o G20 costumava apregoar que o seu peso econômico e número de afiliados "dão um alto grau de legitimidade e influência sobre o gerenciamento da economia global e do sistema financeiro".

Criado em 1999, num momento de crise financeira mundial, o G20 encontra-se em 2024 numa situação aparentemente mais favorável. O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê para a economia do grupo um "pouso suave" neste ano, salvo imprevistos. O problema é que, como lembra a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OC-DE), os "riscos geopolíticos permanecem elevados, particularmente em relação ao conflito no Oriente Médio". Nessa equação de ameaças à ordem mundial muitos analistas incluem também uma possível vitória eleitoral de Donald Trump nos Estados Unidos, maior economia e potência militar do mundo.

## GRUPO TEM 21 MEMBROS

Apesar de o nome continuar como G20, agora o grupo tem 21 integrantes permanentes. São 19 países mais a União Europeia e, desde o ano passado, a União Africana, num mosaico muito diverso que congrega países ricos e em desenvolvimento. É este o grupo de nações que o Brasil, como presidente do grupo em 2024, tem a missão de fazer dialogar e firmar compromissos em torno de causas comuns, do comércio ao meio ambiente.

Há no G20 economias de crescimento acelerado, como China e Índia, e nações que vivem crises crônicas, como a Argentina. Quando olhamos para o **PIB** per capita (em poder de paridade de compra) temos de um lado os americanos, com US\$ 80,4 mil, e, de outro, os indianos, com apenas US\$ 9 mil (ainda pior é a média dos 55 países da União Africana: US\$ 6,3 mil). O contraste é igualmente marcante no exame do índice de Desenvolvimento Humano (IDH): enquanto a Alemanha ocupa o sétimo lugar no ranking do Pnud, a Índia está apenas na 134ª posição.

-O traço distintivo do G20 é a heterogeneidade entre seus membros -observa Dante Aldrighi, professor do Departamento de Economia da FEA-USP. -Mais importante, alguns poucos países concentram muito poder econômico e poder político globais.

## DIFÍCIL CONSENSO

Segundo Aldrighi, essa heterogeneidade -somada às restrições econômicas, sociais e políticas impostas no âmbito nacional -explica "os pífios avanços do G20 no enfrentamento das questões globais mais urgentes".

Num futuro próximo, o fosso entre integrantes do G20 pode crescer ainda mais por conta da disseminação do uso da inteligência artificial (IA), que, segundo o FMI, se não for bem administrada, tem o potencial de aumentar a desigualdade de renda e a disparidade de riquezas. Otaviano Canuto, membro sênior do Policy Center for the New South e ex-vice-presidente do Banco Mundial, cita a tributação como exemplo de uma área da economia que poderá enfrentar turbulências e diz que o G20 terá um papel importante.

-A IA vai exacerbar as possibilidades de evasão de tributações nacionais por conta do peso maior de ativos intangíveis e da dificuldade de fazer aplicar regras tributárias de acordo com territórios -diz Canuto, para quem esse tipo de problema só vai ser resolvido com alguma cooperação para alinhar regras entre os países, como já se discute no âmbito do grupo. -Assim como ensaiou dois anos atrás um acordo supranacional de taxação de lucros, o G20 pode avançar muito nisso.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Haddad prevê nova projeção para PIB em breve

**Fabio Murakawa**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o governo talvez precise revisar em breve as "projeções modestas" para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano. Haddad baseou sua previsão em dados econômicos que classificou como "interessantes e promissores" no início do ano.

"O mercado achava [em 2023] que era menos de 1%, nós achávamos que era 2% e batemos quase 3% de crescimento. Podemos repetir eventualmente o bom desempenho da economia brasileira no ano passado. Eu penso que é um cenário muito positivo para repensar o desenvolvimento da indústria do Brasil", afirmou Haddad em solenidade no Palácio do Planalto.

Assim como Haddad, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, reforçou a expectativa positiva para o crescimento. Segundo o ministro, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de fevereiro serão "extraordinários". Os números serão divulgados nesta quarta-feira pelo Ministério do Trabalho.

Questionado sobre qual será o volume de criação de vagas, ele disse não querer tirar do ministro Luiz Marinho (Trabalho) a primazia de fazer o anúncio nesta quarta-feira, "porque senão ele vai ficar bravo".

Segundo o boletim Focus divulgado nesta terça-feira pelo Banco Central (BC), a mediana das expectativas para o **PIB** está em 1,85%. Foi a sexta semana seguida de revisão para cima.

Já o governo prevê crescimento de 2,2%, de acordo com o Boletim Macrofiscal divulgado na semana passada.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187825>

# Sob efeito de precatórios, fevereiro tem déficit recorde

**Jéssica Sant"Ana e Gabriela Pereira**

O governo central registrou déficit primário de R\$ 58,4 bilhões em fevereiro, o pior resultado para o mês em termos reais em toda a série histórica do Tesouro Nacional, iniciada em 1997. O resultado foi influenciado pelo pagamento antecipado de R\$ 29,4 bilhões em precatórios.

O valor já estava previsto para ser quitado em meados do ano, mas foi antecipado pelo governo para que não houvesse uma diferenciação em relação aos credores que entraram no pagamento extraordinário de R\$ 93 bilhões, realizado no fim do ano passado.

Com a quitação, não há mais estoque de precatórios para ser pago neste ano, explicou o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron. Resta apenas saldo de Fundef e requisições de pequeno valor (RPVs). O valor não foi informado.

No primeiro bimestre do ano, por sua vez, há superávit de R\$ 20,9 bilhões nas contas do governo. No acumulado de 12 meses até o mês passado, o resultado é de déficit de R\$ 212,2 bilhões, o equivalente a 1,66% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

A meta de resultado primário para este ano é zero, mas os ministérios do Planejamento e Orçamento e da Fazenda projetam atualmente resultado negativo de R\$ 9,3 bilhões.

Em coletiva de imprensa, Ceron avaliou que as receitas do governo estão crescendo de maneira bem difundida, mostrando "sinais de atividade econômica em recuperação".

A receita líquida do governo central teve alta real de 23,4% em fevereiro (ante igual mês do ano passado), para R\$ 132,5 bilhões. Por outro lado, as despesas totais subiram 27% na mesma comparação, somando R\$ 190,9 bilhões.

Já no acumulado do ano, a receita líquida alcançou R\$ 372,2 bilhões (alta de 9,5%), enquanto as despesas totais somaram R\$ 350,6 bilhões (alta de 17,1 %), sempre na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Em relatório para investidores, o economista Fábio

Serrano, cio BTG Pactual, afirma que o bom desempenho da arrecadação em janeiro e fevereiro está ligado ao crescimento econômico, às medidas de administração tributária, em especial à limitação ao uso de créditos judiciais, e a fatores extraordinários, como a arrecadação gerada pela regularização de precatório e a transferência dos depósitos judiciais da Caixa.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187825>



# Brasil tem metas ambiciosas, mas geopolítica pode limitar consenso

*Vivian Oswald Para o Valor, de Brasília*

O lema da presidência brasileira do G20, "Construindo um mundo justo e um planeta sustentável", dá a medida da ambição das prioridades que o governo definiu para direcionar as discussões e o protagonismo que o país quer assumir no enfrentamento das grandes questões globais. A ideia é que, a despeito da tumultuada geopolítica internacional, as 19 maiores economias do mundo, União Europeia (UE) e União Africana (UA), concordem que não há como fugir desta diretriz e deixem isso claro em uma declaração conjunta, onde ainda confirmem que vão agir e como o farão. Afinal, é preciso acabar com a fome e a pobreza, combater a mudança do clima e promover a transição energética, e fazer funcionar de maneira equilibrada os organismos internacionais, árbitros das principais contendas planetárias, que são muitas.

Pelo menos é nisso que aposta o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mas quem vai determinar a distância entre expectativas e resultado final é a realidade. A coreografia do entusiasmo parece inevitável. É inerente ao posto, independentemente de quem esteja à frente do grupo. Basta que se revejam as declarações dos líderes de cada uma das presidências anteriores. "Cabe a nós ser ambiciosos, seria ridículo se não fôssemos. Era preciso propor uma agenda que, diante dos conflitos, fosse minimamente consensual", diz um negociador brasileiro.

Veterano entre os frequentadores do G20, Lula sabe que não se trata de plataforma para grandes saltos. Mas também sabe que é vitrine importante para o Brasil e sua política externa, além de ser, atualmente, um dos principais foros para o debate global. Por isso quer resultados concretos. E, para o governo, isso significa, por exemplo, ao fim de um ano à frente da presidência do grupo-a ser passada para a África do Sul após a cúpula de líderes no Rio nos dias 18 e 19 de novembro - mostrar poder de convocatória e capacidade de mobilizar recursos novos e já existentes em torno dessas causas.

Uma delas é a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, a ser constituída até julho. De lá até novembro, quando será lançada oficialmente, o Brasil tem o desafio de trazer parceiros de fora do G20 para se juntarem à ela. Ali, há formas de adesão para

nações de todos tamanhos. As mais ricas entram como doadoras, somando-se aos orçamentos de organismos internacionais e fundos já existentes para patrocinar políticas sociais em países de baixa renda. Nações médias, como o Brasil, entram com conhecimento e cooperação técnica (o que também custa dinheiro).

Em uma segunda frente, o governo quer mecanismos financeiros alternativos e complementares para a transição energética e o combate à mudança do clima. Uma novidade do G20 é fazer com que a regulação financeira de bancos centrais direcione recursos do mercado financeiro para as iniciativas apropriadas e sustentáveis. O tema amplia o que vem sendo tratado no âmbito da COP, conferência das Nações Unidas sobre o clima. Seu desenho já seria uma grande vitória.

Um novo cálculo para o tamanho do desafio financeiro a se enfrentar para combater a mudança do clima será anunciado na COP29, em Baku (Azerbaijão), na mesma semana da cúpula do G20, no Rio. A essas duas prioridades soma-se a da governança global. O Brasil quer fazer muito barulho em torno da necessidade de reformas das instituições internacionais multilaterais e considera um grande ganho de sua presidência a inédita "chamada para ação" que fará na primeira reunião da história de países do G20 e convidados de fora do clube às margens da Assembleia das Nações Unidas em setembro, em Nova York.

"Estamos falando de uma economia diferente. A redistribuição de recursos e poderes precisa ser espelhada no mundo contemporâneo", diz o secretário de temas econômicos do Itamaraty, embaixador Mauricio Lyrio, que é o sherpa brasileiro nas negociações. Uma declaração final também será encarada como vitória, ainda que menos contundente do que desejaria o presidente. Seu grau de ousadia medirá a capacidade do Brasil de evitar que a geopolítica contamine o consenso.

O documento final de 30 páginas quase não saiu nas duas presidências anteriores, Índia (2023) e Indonésia (2022), justamente pela situação geopolítica, agora tida como bem mais grave. Em 2023, foram registrados 123 conflitos (patamar próximo aos tempos da Guerra Fria no início da década de 1990). O

calendário internacional também pode jogar contra os bons frutos do G20 ou criar-lhe saias justas.

A eleição presidencial americana é grande ponto de interrogação. Se Donald Trump for eleito, são fortes as chances de a cadeira americana ficar vazia na cúpula do Rio. A expectativa é que o republicano não venha, se vencer. Nem o democrata Joe Biden, se perder. Aliás, é unanimidade entre especialistas que Trump marcaria retrocesso das prioridades brasileiras no G20. Para o embaixador Marcos Caramuru, conselheiro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), um "no show" é um dos maiores fatores de risco.

A cúpula do Brics (hoje em formato ampliado e mais sinocêntrico), cuja presidência está nas mãos da Rússia, é outro ponto de desgaste. Acredita-se que o encontro de líderes do grupo, na cidade russa de Kazan um mês antes daquele do G20, possa desgastar Lula pela proximidade com Vladimir Putin. Mesmo que seja só pela tradicional "foto de família" de final da cúpula.

A própria presença do nisso no G20, se confirmada, pode provocar outras ausências. Entre arroubos de entusiasmo e ceticismo, especialistas preferem calibrar expectativas. Para Michelle Ratton, professora de direito internacional da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo, uma declaração já seria grande vitória. "É outra gramática. As nuances indicam o que será permitido e como os Estados vão se organizar. É uma espécie de bula a ser lida com atenção. Cada milímetro de concertação tem muito mais valor hoje do que nos anos 1990 ou 2000. O grau de tensão é muito grande", diz.

Para ela, os "Gs" têm sido mais relevantes para negociações do que os organismos formais, que perderam espaço para discussão de ideias e têm procedimentos muito engessados. Entendimentos dentro do G20 estão longe de serem triviais. Desde que ganhou fôlego e importância para conter os efeitos da crise financeira internacional de 2008, seu ponto alto, nunca mais teria sido capaz de gerar resposta de impacto uníssona e inequívoca.

Para o professor Eduardo Violla, o grupo perdeu funcionalidade desde meados de 2010, o que se aprofundou mais recentemente com uma nova corrida armamentista mundo afora. Isso, diz Viola, tira o foco da necessidade de se aplicar recursos em outras prioridades. A nova definição de segurança energética, após a invasão da Ucrânia, é outro complicador, ao permitir que nações aumentem investimentos em combustíveis fósseis, sobretudo na Europa. Ele vê pontos para avanços, sobretudo no campo da sustentabilidade, mas "zero" em mudanças nos

organismos internacionais. "Vejo avanços positivos, mas muito limitados", diz.

Bem mais cético, o ex-embaixador Rubens Ricupero afirma que é preciso conter as expectativas. Por mais que os temas sejam de reconhecida importância global, ele destaca que os consensos são ilusórios. "É sempre mais fácil ter consenso sobre os fins do que sobre os meios", diz o ex-ministro da Fazenda e ex-secretário do Unctad. "A OMC, quando foi criada, era uma máquina de produzir decisões, nos primeiros anos teve decisões importantes. Só que veio a conjuntura, que dura desde 2015. Está tudo parado. O G20 é mais grave, pois pela própria natureza não é uma instituição que produza resultados. Fracassou miseravelmente durante a pandemia." A portas fechadas, as negociações até têm corrido bem, com avanços inegáveis em boa parte dos 15 grupos de trabalho, duas forças-tarefas e uma iniciativa, como foram divididos os temas. Mas toda vez que se cogita a ideia do **comunicado** comum para explicar os encontros da porta para fora, o fantasma da geopolítica reaparece.

-

Momento favorece reabilitação de imagem no exterior

Para além dos resultados mais evidentes e a esperada declaração final a ser chancelada pelas maiores economias do mundo em novembro no Rio, o G20 já começou a surtir efeitos colaterais. E para o Brasil, em especial, o maior de todos: a reabilitação da percepção sobre o país como ator funcional no campo da governança global e da diplomacia multilateral. Os holofotes permanecerão sobre o país até a conferência do clima, no ano que vem, quando a cúpula de Belém, no Pará, em 2025, marcará a presidência brasileira da COP30. Parte da relevância do G20 no quesito sustentabilidade está justamente em fazer essa ponte e firmar o país como protagonista nessa seara.

"O fluxo é fundamental, pois manterá o protagonismo brasileiro neste campo", afirma o ex-embaixador do Brasil na China Marcos Caramuru, conselheiro do Cebri, para quem, mais do que "um big bang", os G20 têm a capacidade de oferecer ganhos "incrementais", muitos deles difíceis de serem quantificados, até mesmo pela interdependência dos temas que são tratados ao longo de um ano de negociações de uma presidência temporária.

O G20 não é um organismo, não tem tratados, nem cria tratados. Por isso, não se deve esperar medidas vinculantes, ou seja, que se tornem lei. A ideia é que ofereça um impulso político de alto nível a questões globais. Para o especialista Rajuv Bhatia, do programa

de estudos de política externa do think tank Gateway House, em Nova Déli, o grupo tem um melhor controle na definição e abordagem dessas questões e na elaboração de soluções.

"A cúpula de Nova Déli [da presidência indiana em 2023] demonstrou isso amplamente. Resta saber se a comunidade mundial será capaz de implementar essas soluções. Quanto ao impacto da geopolítica, ele existe e está à vista de todos, mas o G20 precisa se esforçar, com razão, para encontrar soluções para os desafios econômicos internacionais, uma vez que é o principal fórum para a cooperação econômica internacional", afirma Bhatia, que é ex-embaixador da Índia no México, África do Sul, Quênia e Myanmar.

Analistas apostam em um conjunto de iniciativas que, somadas, podem representar importantes avanços. Muitas delas pelo simples fato de darem visibilidade e chancelar ações em curso. O desenho de uma aliança na área da saúde para fomentar a produção regional de vacinas e medicação, que está em curso, também deve ganhar a chancela do G20 e se fortalecer. A iniciativa tem por objetivo evitar futuras corridas a medicamentos e vacinas, como aconteceu durante a pandemia.

O Brasil ainda tem a chance de colocar em evidência a importância dos biocombustíveis na agenda internacional, item da agenda que sofre resistências de países desenvolvidos, sobretudo europeus. "Parte da resistência, às vezes, é desconhecimento. Poucos conhecem o programa do etanol no Brasil, ou que os automóveis no país circulam com uma mistura de quase 30% na gasolina", diz o secretário de Assuntos Econômicos do Itamaraty, embaixador Maurício Lyrio e sherpa das negociações pelo lado brasileiro.

Outro tema relevante é a introdução na agenda de uma discussão sobre a taxação dos super-ricos, um dos itens de predileção do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que começa a reverberar entre as outras economias do grupo e a ganhar contornos mais claros. Para Lyrio, a experiência acumulada ao longo de décadas em vários países, e a comprovação de que já se tiraram dezenas de milhões do mapa da fome no passado recente, deve ser a chave para o sucesso da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que será aberta para adesões em julho. Ele aposta no fato de se tratar de imperativo moral para convencer as nações ricas a se engajarem como doadores e colaboradores técnicos.

Ainda assim, analistas desconfiam da boa vontade de países desenvolvidos em desembolsar novos recursos. "Os países olham mais problemas nacionais. Têm situação orçamentária apertada. Há ainda a chamada fadiga da ajuda ao desenvolvimento", diz o

ex-embaixador e ex-ministro da Fazenda Rubens Ricuperro.

Entre as políticas sociais internacionais que estarão no cardápio da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, a da merenda escolar tem efeitos sobre diversos segmentos econômicos. Ao prever que 30% dos alimentos fornecidos às crianças venham de produtores locais, estimula-se o desenvolvimento regional e a distribuição de renda para a agricultura familiar. O combate à pobreza ainda passa pela transição energética em ações que podem ter resultados imensos: o tema da cocção limpa (clean cooking), por exemplo, está sendo discutido no âmbito da transição energética do G20, e pode afetar cerca de 2,3 bilhões de pessoas que não têm acesso a métodos saudáveis para preparar alimentos, dependendo de lenha, querosene ou carvão para cozinhar.

O Brasil tem apoiado discussões sobre o tema da cocção saudável na FAO e na Agência Internacional de Energia, que realiza, em maio, cúpula sobre o tema. A ideia é atrair apoio e financiamento para ampliar o acesso à cocção limpa no mundo. O etanol pode ser uma das soluções e poderia ser produzido pelos países africanos como fonte de combustível limpa e renovável a ser usada nos pequenos fornos domésticos. A poluição do ar doméstico está associada a cerca de 3,7 milhões de mortes prematuras por ano, especialmente de mulheres. A pandemia e a **inflação** dos preços de energia por causa de conflitos piorou o problema, que afeta em grande parte a África Subsaariana.

Para Creon Butler, diretor do programa de economia global e finanças do prestigioso think tank britânico Chatham House, é possível chegar a um acordo sobre o texto de alto nível no que diz respeito, por exemplo, à aliança global contra a fome. Mas garantir que contenha medidas e compromissos concretos será mais difícil, especialmente quando a probabilidade de um aumento significativo da ajuda ocidental ao desenvolvimento é baixa, dadas as pressões econômicas internas que enfrentam.

Sobre utilizar o sistema financeiro e a regulação dos bancos centrais para incentivar o cumprimento dos objetivos do Acordo de Paris, de financiamento à transição energética e ao combate à mudança do clima, o especialista concorda que trata-se de iniciativa eficiente. Mas alerta que só vai funcionar se enquadrada nos mandatos existentes dos bancos centrais.

"Por exemplo, controlar o risco dos ativos financeiros do setor privado e, quando permitido, apoiar as prioridades econômicas do governo como objetivo

secundário. Também será importante ter um menu de opções, para que diferentes países possam fazer coisas diferentes no espaço político, em vez de um tamanho único", afirma Butler.

Reunião de ministros de finanças do G20 trouxe à tona as perspectivas globais sobre aspectos macroeconômicos

3,7 milhões de mortes por ano são associadas à poluição

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187825>

# Setor privado elabora sugestões com foco em crescimento sustentável

*Mônica Magnavita Para o Valor, do Rio*

A participação do setor privado no G20 - por intermédio do fórum Business 20 (B20), que reúne representantes empresariais com a missão de elaborar sugestões de ações para os governos das maiores economias globais - tem como ponto de partida propostas em linha com o crescimento inclusive para um futuro sustentável.

As oito forças-tarefas serão comandadas por um seletivo time de empresários brasileiros voltados para os eixos de transição energética e clima; comércio internacional e investimento; finanças e infraestrutura; emprego e educação; transformação digital; integridade e compliance; sistemas alimentares sustentáveis e agricultura; e o conselho de ação mulheres, diversidade e inclusão em negócios. Os dois últimos são novidades no B20.

Cada CEO estará à frente de uma força-tarefa, com cerca de 150 pessoas, além de co-chairs, executivos escolhidos entre os países do G20 para atuar em conjunto com as lideranças, os chairs. No fim, o B20 espera entregar ao G20, em novembro, poucas, mas impactantes recomendações. Um desafio, sem dúvida, tendo em vista que 1,4 mil líderes globais participarão das discussões, com visões, interesses e problemas regionais distintos.

"Pedimos às forças-tarefas algumas coisas diferentes das edições passadas, com menos recomendações. Nas anteriores, houve grande volume de sugestões, o que acabava pulverizando os efeitos. Solicitamos aos grupos que se limitem a três recomendações, para que tenham maior impacto", diz Dan Ioschpe, chair do B20 escolhido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), entidade que lidera o fórum empresarial em 2024, ano em que o Brasil preside o G20.

O B20 deu início às primeiras reuniões com o objetivo de elaborar recomendações dentro de cinco linhas de pensamento propostas, que são, além de crescimento inclusivo, o aumento da produtividade via inovação; a ampliação da resiliência das cadeias de valor global; promoção de transição justa para um mundo carbono líquido zero; e valorização do capital humano. Os trabalhos estão no começo, mas há indicações de trilhas prioritárias.

Na força-tarefa de transição energética, o líder Ricardo Mussa, CEO da Raízen, vê temas como eficiência energética, mercado de carbono com compensações regionais e soluções baseadas na natureza ganhando espaço nas discussões. "Nossa tarefa é obter propostas que o G20 possa implementar, com ações impactantes no curto prazo para combater as mudanças climáticas", diz. As recomendações precisam ser universais e devem se limitar a três.

"Nas outras edições do B20, as políticas não foram simples de implementar. Sei que não será fácil chegar a um consenso. São CEOs de grandes empresas globais, de altíssimo gabarito, com muito conhecimento prático. Dali saem ideias ótimas. Por isso, nossa tarefa é levar ao G20 propostas com base na ciência, dados e fatos", afirma Mussa.

Para tanto, conta com a consultoria da McKinsey, "knowledge partner" do grupo, que apresentou aos membros pesquisas evidenciando impactos do aquecimento global em todos os setores econômicos, além de comparativos entre ações exitosas adotadas pelos países - o que funcionou e o que não funcionou. "Quando temos esses dados, é difícil alguém contestar. No Brasil, eles mostraram quais políticas foram mais impactantes para a redução de emissões, como o programa de carro flex." O país, aliás, exibe credenciais invejáveis por estar à frente dos demais na transição energética, com matriz elétrica entre as mais renováveis do mundo.

A força-tarefa voltada para sistemas alimentares, liderada por Gilberto Tomazoni (JBS), priorizou o combate à fome. "Há necessidade de aumentar a produtividade, promover a sustentabilidade e tornar o alimento acessível", diz Tomazoni, que comemora o retorno do tema ao B20, depois de seis anos ausente do fórum. "É um marco, afinal, o setor representa 10% do PIB global e 35% dos empregos no mundo." Para concretizar as ações, no entanto, é preciso enfrentar o desafio das barreiras comerciais, que pressionam os preços dos alimentos.

"Globalmente, precisamos fomentar modelos inovadores de financiamento que permitam que os recursos cheguem aos produtores rurais, principalmente os da agricultura familiar", diz. Assim como no tema transição energética, o Brasil ocupa posição privilegiada para contribuir com essa agenda.

Os membros da força-tarefa Finanças e Infraestrutura, grupo liderado por Lucia-na Antonini Ribeiro, cofundadora da eB Capital, estão voltados para elaborar propostas de financiamento para a transição rumo à economia verde, especialmente nos países do sul global. Uma das prioridades é atrair o capital privado, criando instrumentos a partir de recursos públicos que permitam requalização dos riscos dos países em desenvolvimento.

Na prática, trata-se de instituir garantias, como hedge cambial, para que o setor privado assuma parte do financiamento. "Hoje, riscos cambiais e geopolíticos impedem a alocação do capital privado para a transição climática nos países em desenvolvimento", diz.

Além disso, o grupo trará outras duas recomendações. Uma delas, a de tornar mais ágeis processos de licenciamento de projetos de infraestrutura ligados a resiliência e adaptação climática. Hoje, as licenças são locais e demoram até dez anos para aprovação. A outra é a de garantir às pequenas e médias empresas acesso a financiamento, para que possam se inserir nas cadeias globais preocupadas com sustentabilidade. "Com a transição para economias mais verdes, essas empresas não podem ser deixadas para trás", diz a executiva.

O fórum também criou um grupo de trabalho específico para discutir questões de gênero, o primeiro G20 a contar com o tema. Segundo Paula Bellizia, presidente de pagamentos globais do Ebanx e líder do Conselho de Ação Mulheres, Diversidade e Inclusão em Negócios do B20, o grupo definiu três prioridades: aumentar a representação de diferentes formas de diversidade; estabelecer melhores práticas para promover a diversidade e inclusão no ambiente de trabalho; e proporcionar apoio educacional para fomentar a diversidade socioeconômica.

"Pedimos às forças-tarefas algumas coisas diferentes das edições passadas" Dan loschpe

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187825>